



## Demonstrações Financeiras Anuais do exercício findo em 30 de Junho de 2018



**Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA**

Av. Julius Nyerere, n°4003

Tel. 21 498257, 21 498260 – Fax: 21 498262

[www.cmh.co.mz](http://www.cmh.co.mz)

Maputo, Moçambique

**Demonstrações Financeiras Anuais  
do exercício findo em 30 de Junho de 2018**

**Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A**

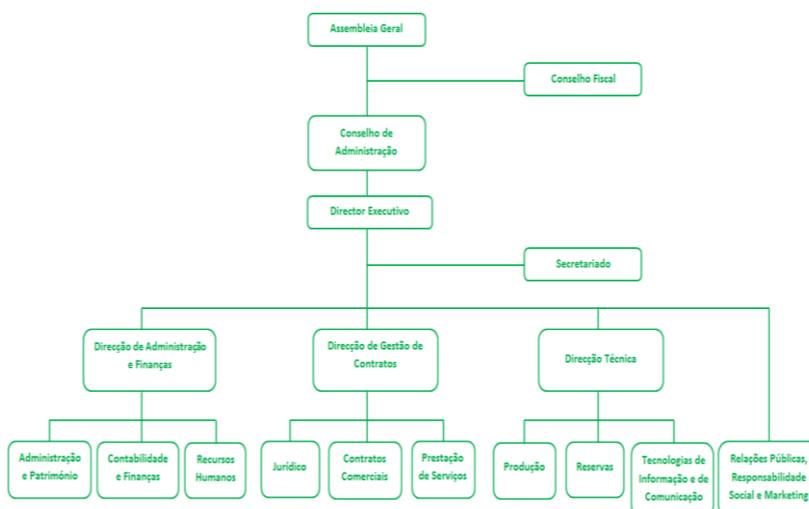
## ÍNDICE

|   | <b>PÁGINA</b> |
|---|---------------|
| I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE  | 1             |
| II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO               | 2             |
| III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO                           | 6             |
| IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES                | 45            |
| V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES                              | 46            |
| VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCRO OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO<br>INTEGRAL | 51            |
| VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA                               | 52            |
| VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO                   | 53            |
| IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA                                   | 54            |
| X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS                                 | 55            |

## I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>Nome da Entidade:</b>   | Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH,SA)   |   |
| <b>Número de Registo Comercial:</b>  | 13 259  |   |
| <b>NUIT:</b>   | 400 102 961   |   |
| <b>Conselho de Administração:</b>  | <b>Conselho Fiscal:</b>   | <b>Assembleia Geral:</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"><li>Jahir Adamo (Presidente do Conselho de Administração)</li><li>Fernando Faustino (Administrador)</li><li>Tavares Martinho (Administrador)</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>Benjamim Chilenge (Presidente)</li><li>Afonso Mabica (Vogal)</li><li>Pio Matos (Vogal)</li></ul>  | <ul style="list-style-type: none"><li>Fortunato Albrinho (Presidente)</li><li>Marta Pecado (Secretária)</li><li>Iolanda Matsinhe (Secretária)</li></ul> |
| <b>Director Executivo:</b>   | Estêvão Pale  |   |
| <b>Accionistas:</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%)</li><li>Governo de Moçambique (20%)</li><li>Investidores Privados Nacionais (10%)</li></ul>                           |   |
| <b>Capital Social:</b>   | MT 593 411 500 (USD 25 286 649)   |   |
| <b>Número de Acções:</b>   | 5 934 115 (593 411 de acções cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)   |   |
| <b>Auditores:</b>  | KPMG Auditores e Consultores, S.A.  |   |
| <b>Endereço:</b>   | Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço “A”<br>Maputo – Moçambique   |   |
| <b>Bancos:</b>   | Standard Bank da Africa do Sul, Barclays Moçambique e FNB Moçambique  |   |
| <b>País de Constituição:</b>   | A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.  |   |
| <b>Visão da CMH:</b>   | Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado Moçambicano. |   |
| <b>Missão da CMH:</b>  | Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.      |   |

### Estrutura da CMH:



## II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos o prazer de apresentar as demonstrações financeiras auditadas bem como o relatório de Gestão para o exercício findo em 30 de Junho de 2018.

Este exercício financeiro foi caracterizado por baixos volumes de vendas de gás natural e condensado em comparação com o exercício anterior.

A redução no volume de vendas de gás natural e condensado foi compensada pelos altos preços de gás e condensado. O consórcio foi positivamente afectado pelos altos preços do petróleo no mercado internacional, que tiveram um impacto positivo de cerca de 2,8% nos preços orçamentais iniciais do gás natural.

Por outro lado, registamos um aumento no preço médio do condensado comparado ao orçamentado de cerca de 12,9%, porém o mesmo não gerou um aumento considerável nas receitas devido aos menores volumes de gás natural e condensado, produzidos durante o período.

Apesar dessa situação, os nossos accionistas continuaram a receber dividendos de acordo com os indicadores de desempenho financeiro da empresa.

Continuamos comprometidos em pagar dividendos aos nossos accionistas, apesar de a empresa ter muitos desafios em termos de investimento, para sustentar a actual capacidade de produção e para fornecer gás nos termos dos contratos assinados. É igualmente importante para a empresa explorar novas oportunidades de negócios (como PSA), para diversificar o portfólio da CMH.

É também nossa prioridade, continuar a monitorar as actuais reservas e recursos de gás, com objectivo de aumentar os recursos provados e prováveis, para assegurar o fornecimento de gás ao abrigo dos contratos assinados.

Pode-se verificar através do nosso relatório e contas, que a CMH reportou um total do rendimento integral de USD 30 273 117, o que representou um aumento no lucro de cerca de 42% comparado aos resultados do exercício de 2017, devido ao aumento dos preços do petróleo no mercado internacional.

Durante o presente exercício, a CMH pagou a título de impostos e contribuições um montante total de USD 10 617 476 ao Governo, dos quais 82% representam imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRPC), 11% dos impostos sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS), 7% das contribuições foram destinadas a segurança social (INSS + Segurança Social Complementar).

Em relação aos empréstimos, um montante total de USD 10 412 551 foi pago como serviço da dívida durante o presente ano, sendo USD 9 125 310 relativos ao capital e USD 1 287 241 relacionados a juros. A 30 de Junho de 2018, a dívida pendente da CMH é de USD 13 687 965.

Temos o prazer de anunciar que, em Dezembro de 2017, foram pagos USD 5 696 285 de dividendos à ENH e USD 1 424 071 de dividendos ao Estado, referentes aos exercícios de 2006 e 2007.

Considerando os estatutos da CMH, a política de dividendos aprovada e os compromissos existentes com os Financiadores, a CMH pagou um total de USD 22 320 357 de dividendos, sendo que USD 6 980 000 foram pagos a 21 de Setembro de 2017 e USD 8 220 000 a 19 de Abril de 2018, ambos foram declarados no exercício de 2015. Os remanescentes USD 7 120 357 pagos em Dezembro de 2017, foram declarados no exercício de 2006 e 2007. Os dividendos foram pagos em conformidade com os rácios financeiros acordados nos termos dos contratos de empréstimo.

Em termos ambientais, temos o prazer de continuar a reportar de modo geral um desempenho bom, seguro e saudável pelo operador. Os programas de saúde ocupacional continuaram a ser bem geridos e há bons indicadores de desempenho.

---

No que concerne à responsabilidade social da empresa (RSE), a CMH continua a dar o seu contributo para os projectos sociais no âmbito das operações conjuntas (JO), bem como para as contribuições directas da CMH.

No âmbito das Operações Conjuntas (JO), a CMH contribuiu para a conta conjunta num montante de USD 333 394 e, directamente no montante total de USD 353 538 para ajudar as comunidades desfavorecidas em várias províncias de Moçambique através de investimentos em projectos de educação, saúde, aumentando o acesso à água potável em várias comunidades, promovendo a cultura, desporto e solidariedade às vítimas de desastres naturais, e contribuindo para o bem-estar dos trabalhadores.

A implementação dos projectos sociais no âmbito das Operações Conjuntas (JO) teve um bom desempenho, mas ainda há espaço para fazer mais.

Um complexo habitacional foi construído na cidade de Vilanculos, com todas as instalações sociais, para promover o recrutamento de moçambicanos qualificados e talentosos para trabalhar no complexo industrial em Temane, ocupado pelos nossos trabalhadores e está totalmente operacional.

Apraz-nos constatar que os cargos mais importantes da Central de Processamento de gás natural estão actualmente a ser ocupados por profissionais moçambicanos e que as operações estão a ser conduzidas de uma forma tranquila e profissional.

A CMH continua a fortalecer a estrutura organizacional da empresa. Em termos de formação, continuamos a prestar especial atenção às necessidades de nossa equipa de trabalho.

Todos os trabalhadores beneficiaram-se de cursos de formação no país e no exterior, com especial atenção para a formação especializada relacionada com a área de petróleo e gás. Uma jurista sénior reformou durante o exercício financeiro.

Continuamos comprometidos com a transparência, integridade e no combate à negligência, fraude ou corrupção no nosso negócio. Todos os nossos relatórios anuais são divulgados através do jornal de maior circulação publicado no país e no nosso site.

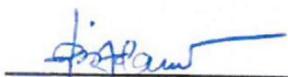
As nossas acções no mercado de valores mobiliários - Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) – continuaram a ser transaccionadas, o que originou variações no valor da acções da CMH, sendo que nos meses de Julho e Agosto de 2017 registou-se uma variação de 775Mt para 890 Mt; de Agosto a Fevereiro de 2018 variou de 890Mt para 1020Mt; e entre Fevereiro a 30 de Junho de 2018 registou-se uma variação de 1020Mt a 800Mt.

Não há litígios a reportar neste exercício financeiro. Não obstante, temos a informar que estamos a registar alguns atrasos nos pagamentos de facturas vencidas pelo fornecimento de gás para compradores domésticos. Acreditamos que esta situação será resolvida com a maior brevidade possível.

Continuamos a honrar todos os nossos compromissos relacionados com os empréstimos, impostos e outras obrigações com os nossos accionistas, numa base regular.

Em suma, gostaríamos de estender a nossa sincera gratidão e apreço a todos aqueles que continuaram a acreditar em nós e que têm apoiado a nossa empresa durante os tempos difíceis, especialmente os membros do Governo Moçambicano, os nossos accionistas, financiadores, parceiros, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta empresa como o veículo da participação de moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande & Temane.

**Maputo, 13 de Setembro de 2018**



**Jahir Adamo**

**Presidente do Conselho de Administração**

---

### III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2018.

#### 1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). A Sasol Petroleum Temane (SPT) é uma Operadora nos campos de Pande e Temane. São parceiros da JO, a SPT, uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%.

O consórcio (JO) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CPF). O gás natural e condensado são produzidos nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás processado no CPF o gás é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, o CPF havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e do CPF em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano. Em

2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/ano e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida a Petromoc no CPF e é transportado para o porto de Beira.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CPF de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “Projecto de Debottlenecking” na central de processamento.

Como parte de extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017. Os testes para funcionamento (RFC) para a segunda fase foram alcançados e espera se que seja alcançado o benefício das operações (BO) em finais de Setembro de 2018.

A terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão está em progresso. Os estudos de engenharia (FEED) e a sua verificação foram concluídos em Março de 2018, os testes para funcionamento (RFC) e o benefício das operações (BO) devem ser alcançados nos finais de Março de 2020.

Durante o período em apreço, o primeiro furo (*infill well*), Pande 27 foi perfurado com sucesso no campo de Pande durante o mês de Março, como furo para sustentar o *plateau* de 197 PJ por ano.

## 2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

### 2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo em 30 de Junho de 2018, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 69 396 525, conforme segue:

(USD)

| Demonstração de Resultados - CMH 25%        | AF18               | AF17               |
|---|--------------------|--------------------|
|   | 1 Julho a 30 Junho | 1 Julho a 30 Junho |
| Receita bruta                               | 82 571 249         | 71 801 927         |
| Vendas: Gás Natural                         | 80 038 098         | 70 306 705         |
| Vendas: Condensado                          | 2 533 151          | 1 495 222          |
| <i>Royalties</i> (Gás Natural e Condensado) | (1 104 649)        | (1 176 168)        |
| Receita líquida após <i>royalties</i>       | 81 466 600         | 70 625 759         |
| Despesas Operacionais                       | (12 070 075)       | (7 195 306)        |
| <b>Lucro Operacional</b>                    | <b>69 396 525</b>  | <b>63 430 453</b>  |

O lucro operacional da operações conjuntas (JO) aumentou 9% em relação o exercício financeiro de 2017 (AF17). Houve uma ligeira redução nos volumes de venda em contrapartida de um aumento no preço de venda que resultou num aumento global de 15% na receita bruta.

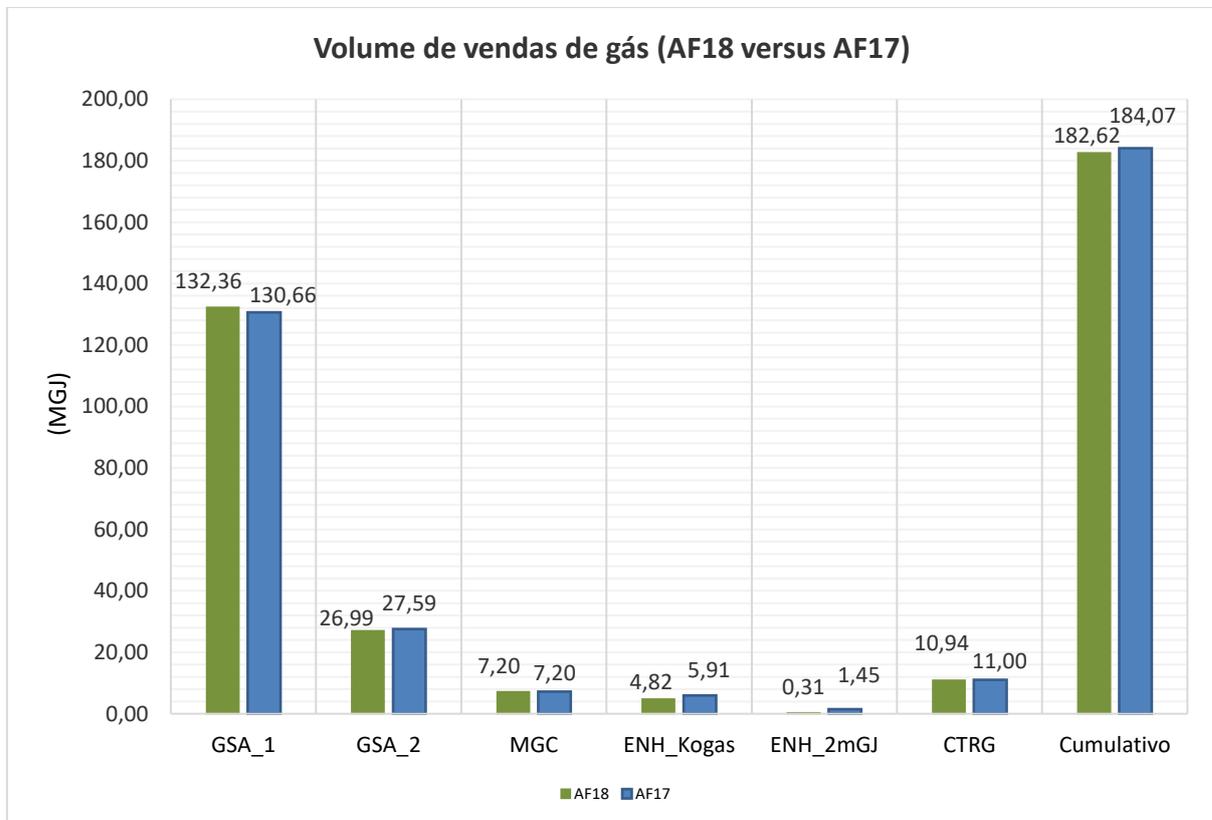
## 2.2 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

### 2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2018 (AF18), findo em 30 de Junho de 2018, é o seguinte:

| Volume de vendas da JO (100%)                  | Unidade    | AF18                     | AF17                     | Variação     |
|--|------------|--------------------------|--------------------------|--------------|
|  |            | 1 de Julho a 30 de Junho | 1 de Julho a 30 de Junho | (%)          |
| Gás Natural - GSA 1                            | MGJ        | 132.36                   | 130.66                   | 1.30         |
| Gás Natural - GSA 2                            | MGJ        | 26.99                    | 27.59                    | -2.16        |
| ENH-kogas                                      | MGJ        | 4.82                     | 5.91                     | -18.51       |
| MGC  | MGJ        | 7.20                     | 7.20                     | 0.00         |
| CTRG   | MGJ        | 10.94                    | 11.00                    | -0.53        |
| ENH 2mGj                                       | MGJ        | 0.31                     | 1.45                     | -78.56       |
| <b>Cumulativo das vendas de gás</b>            | <b>MGJ</b> | <b>182.62</b>            | <b>184.07</b>            | <b>-0.79</b> |
| Condensado                                     | Bbl        | 385,443.24               | 469,091.82               | -17.83       |
| Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty) | Unidade    | AF18                     | AF17                     | Variação     |
|  |            | 1 de Julho a 30 de Junho | 1 de Julho a 30 de Junho | (%)          |
| Gas levado em espécie                          | MGJ        | 5.73                     | 5.33                     | 7.44         |
| Preço médio das vendas                         | Unidade    | AF18                     | AF17                     | Variação     |
|  |            | 1 de Julho a 30 de Junho | 1 de Julho a 30 de Junho | (%)          |
| Gás Natural - GSA 1                            | USD/GJ     | 1.98                     | 1.62                     | 22.24        |
| Gás Natural - GSA 2                            | USD/GJ     | 1.72                     | 1.46                     | 18.21        |
| ENH-kogas                                      | USD/GJ     | 1.83                     | 1.81                     | 1.10         |
| MGC  | USD/GJ     | 1.29                     | 1.21                     | 6.39         |
| CTRG   | USD/GJ     | 2.46                     | 2.44                     | 1.03         |
| ENH 2mGj                                       | USD/GJ     | 2.17                     | 2.14                     | 1.17         |
| Condensado                                     | USD/Bbl    | 26.29                    | 12.21                    | 115.32       |

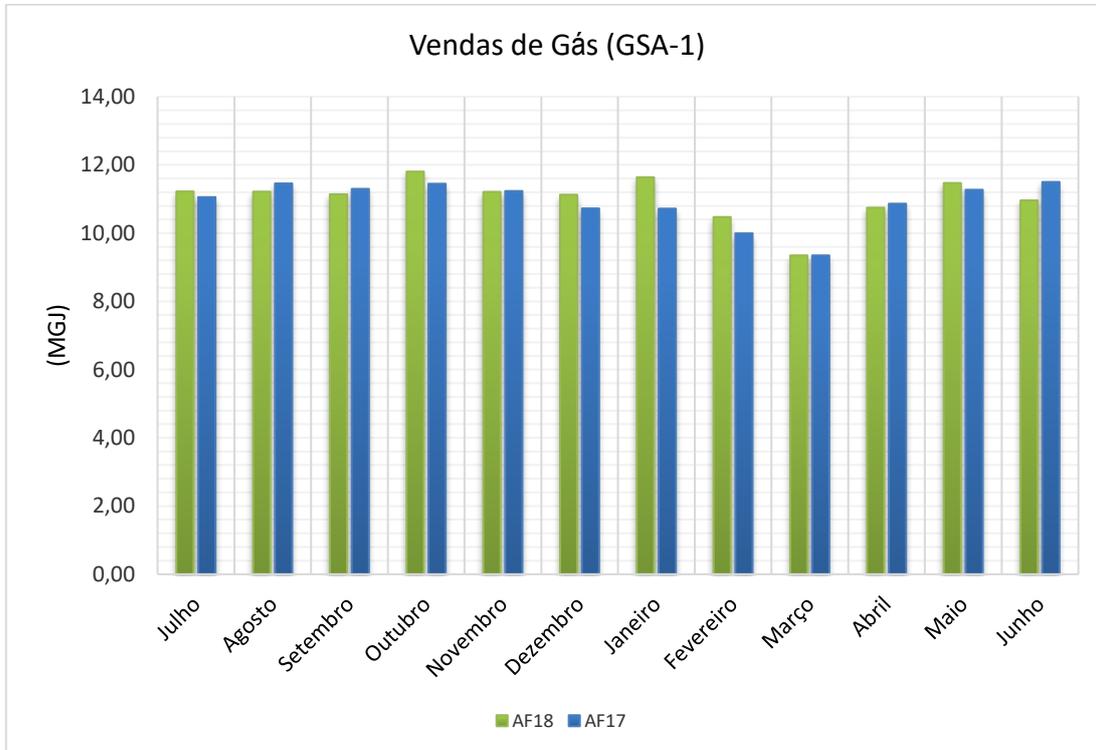
O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF18 versus AF17).



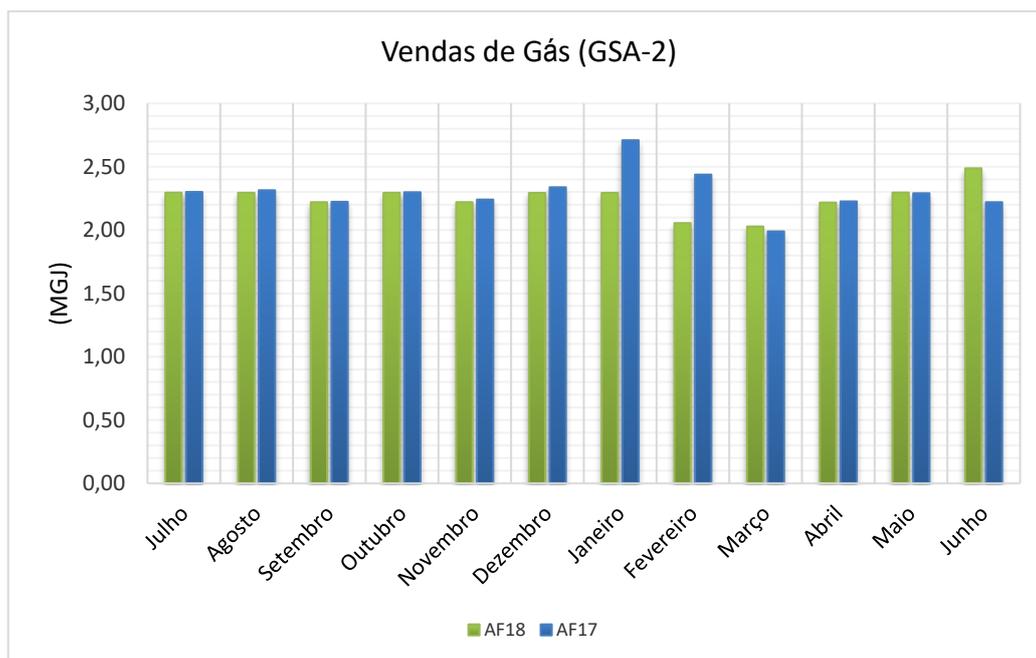
Como se pode ver a partir do gráfico acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2018 (AF18) em média foi 0.79% inferior em relação ao período anterior de 2017, devido às seguintes razões:

- Verificaram-se encomendas inferiores por parte das compradoras Sasol Gas (GSA2) e contratos domésticos (ENH-KOGAS, CTRG e ENH-2mGJ), agravado também pelo facto de não haver registo de encomendas de fornecimento de gás desde o mês de Setembro de 2017 nos termos do contrato da ENH-2MGJ devido a paragem de levantamentos de gás, o que contribuiu para a redução do volume de vendas.
- Durante o período em apreço, a manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção da planta. Contudo, houve avarias de equipamento e paragens de produção, mas que não resultaram em perdas de produção na central de processamento (CPF).

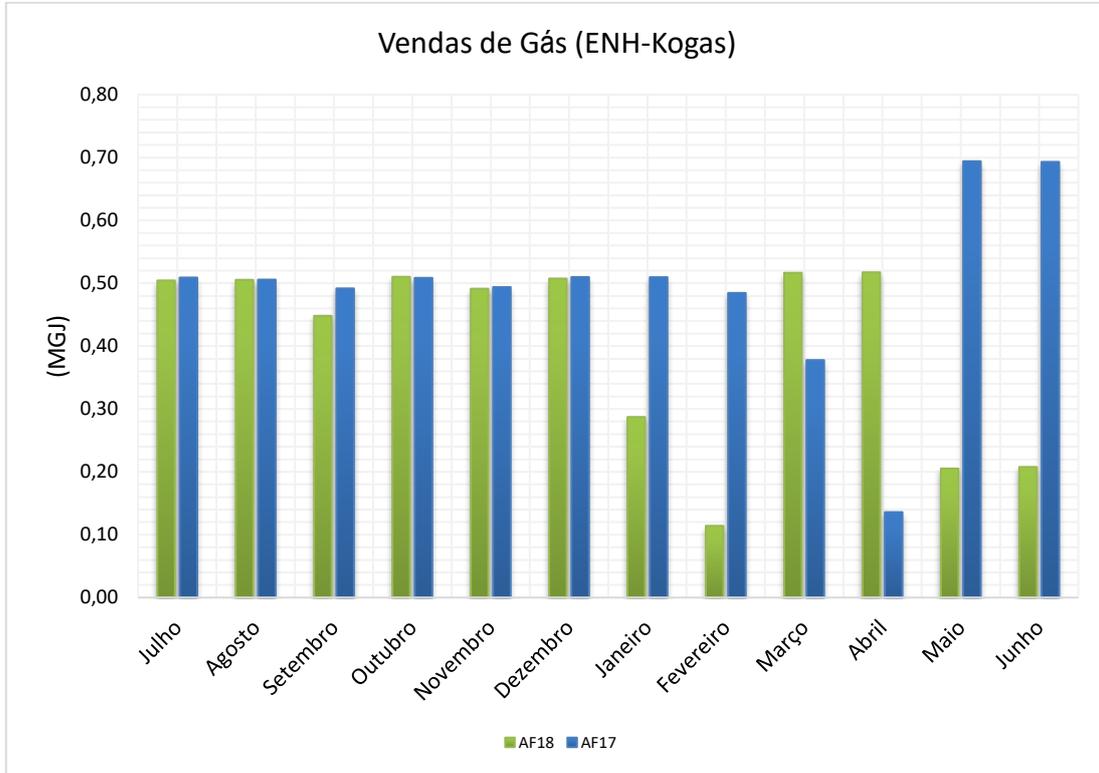
Os gráficos abaixo mostram a evolução da produção de gás e dos preços durante os anos financeiros 2018 (AF18) em relação ao período anterior de 2017 (AF17) tanto para o gás, como para o condensado.



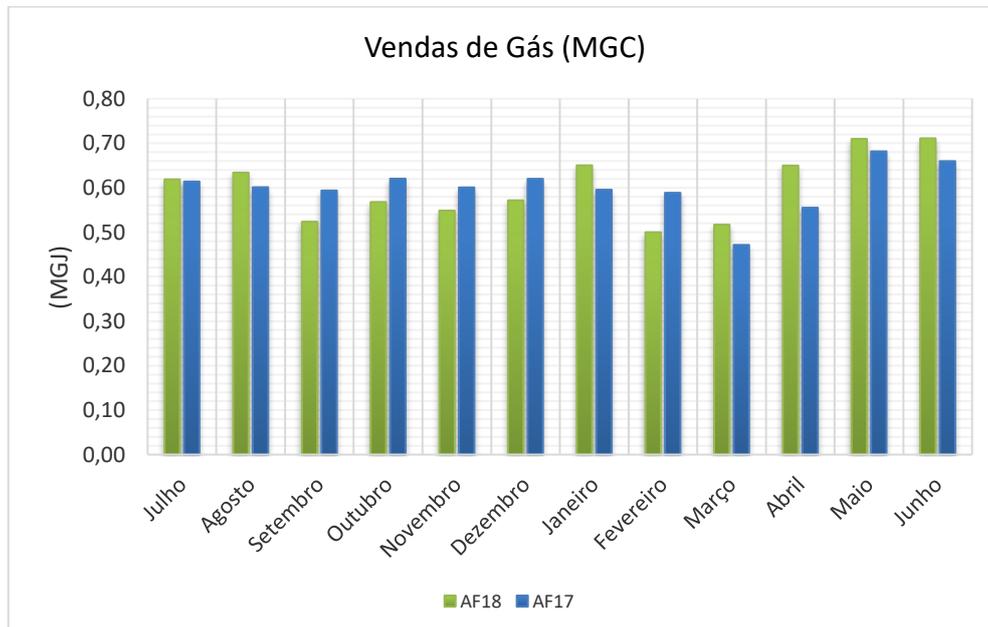
Pode-se ver no gráfico acima que a partir de Julho 2017 até Junho 2018, houve vendas de volumes de gás do contrato GSA1 superior a 1.30% em relação ao mesmo período do ano anterior de 2017, devido a maiores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



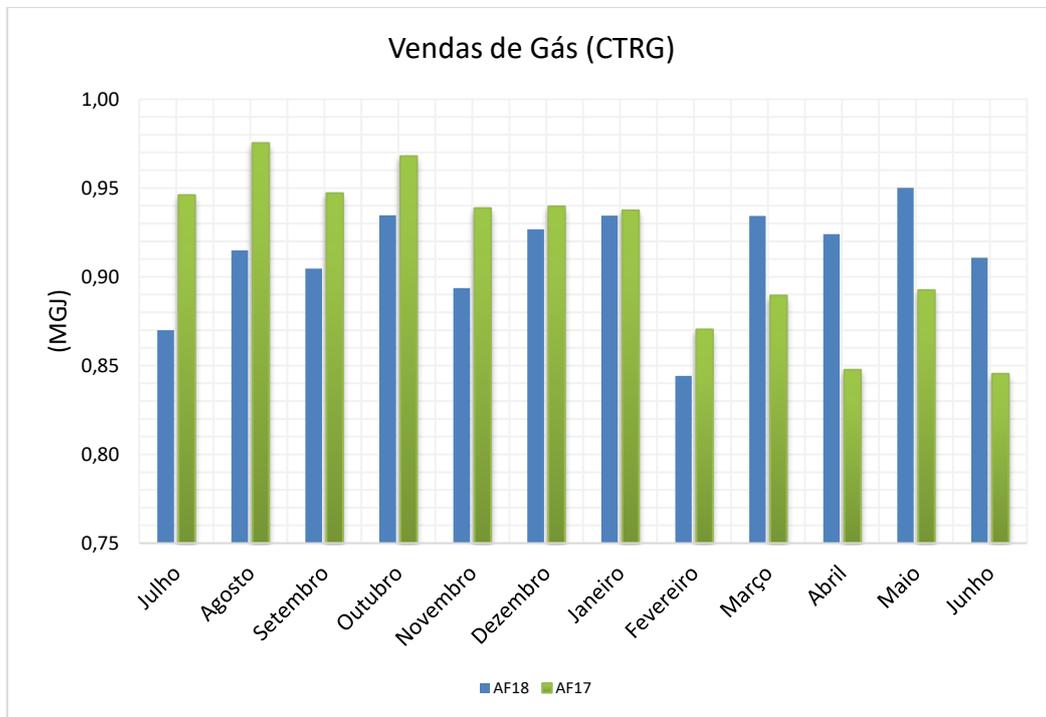
Volume de vendas nos termos do contrato GSA2, de Julho 2017 a Junho 2018 foram 2.16% inferiores em relação ao período anterior (AF17), devido a menores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



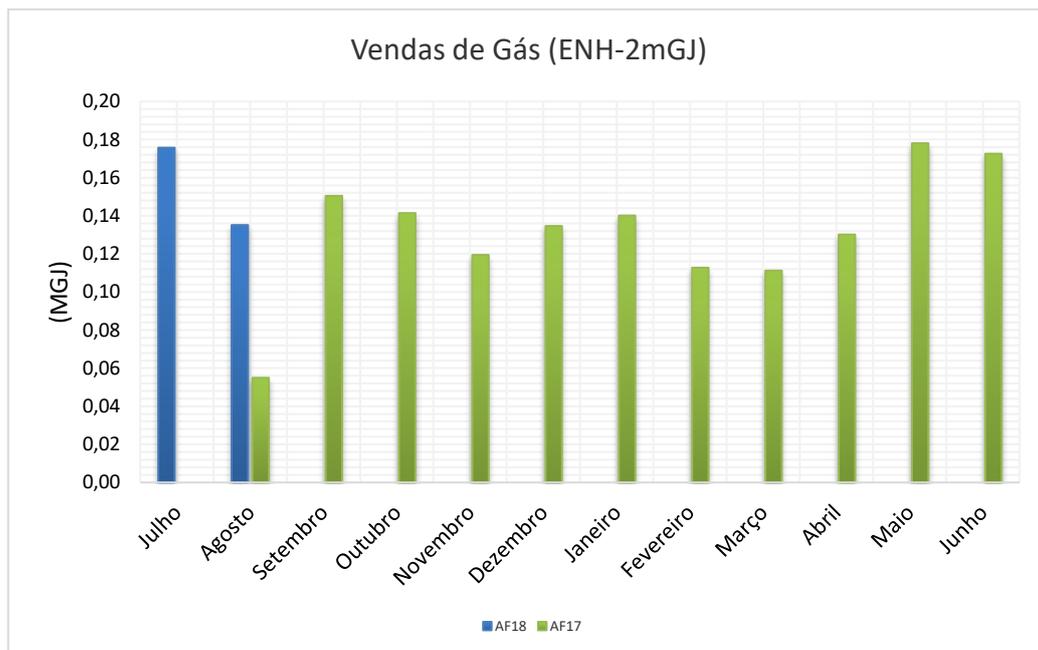
Volume de vendas nos termos de contrato da ENH-KOGAS de Julho de 2017 a Junho de 2018 foram 18.51% inferiores em relação ao período anterior (AF17), devido a menores encomendas de gás por parte da ENH-KOGAS.



Volume de vendas nos termos de contrato da MGC de Julho de 2017 a Junho de 2018 mantiveram 7.20 MGJ como no período anterior (AF17).

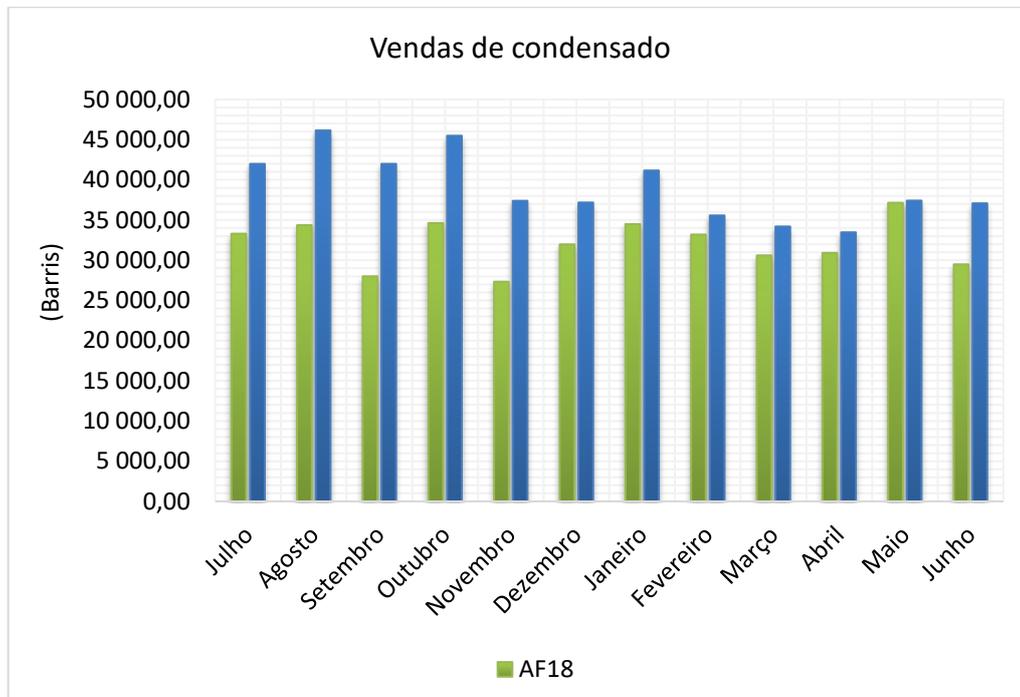


Volume de vendas nos termos de contrato da CTRG de Julho de 2017 a Junho de 2018 foram 0.53% inferiores em relação ao período anterior (AF17), devido a menores encomendas de gás por parte da CTRG.



Volume de vendas nos termos de contrato da ENH-2MGJ de Julho de 2017 a Junho de 2018 foram 78.56% inferiores em relação ao período anterior (AF17), devido a menores

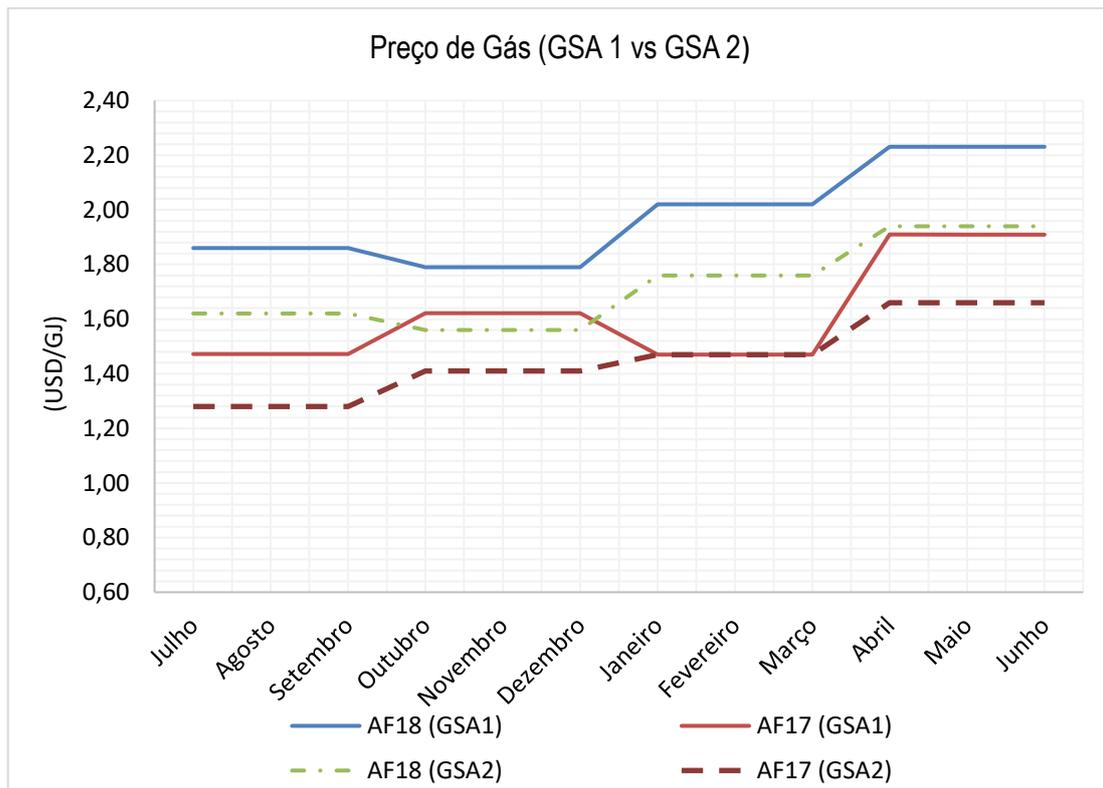
encomendas de gás. Além disso não houve registo de encomendas a partir do mês de Setembro de 2017 neste contrato, devido à suspensão de entregas de gás pelo consórcio até que a situação dos pagamentos em atraso esteja resolvida.



Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas inferior para o AF18 na ordem de 17.83% em relação ao período anterior de 2017 (AF17), devido a redução de produção do gás natural, aliado ao facto de a maior parte da produção ser proveniente dos furos de Pande que contém poucos líquidos. Além disso, os rácios de produção de condensado versus gás tem diminuído devido a depleção dos reservatórios.

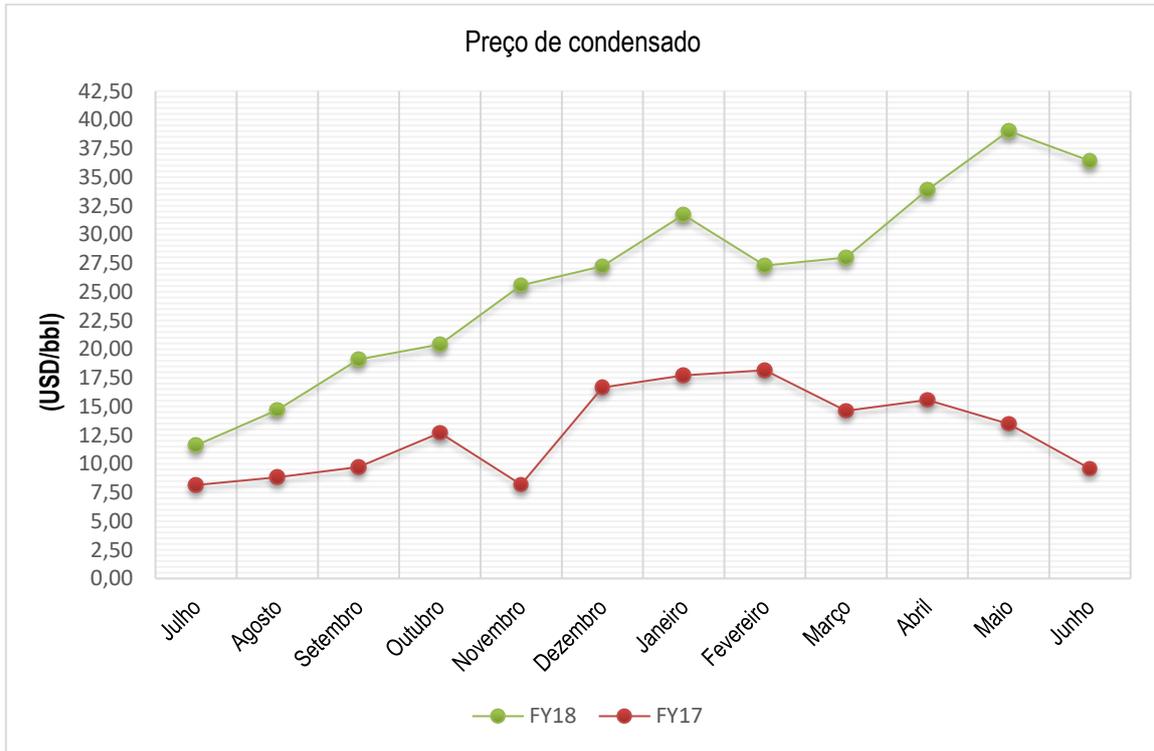
### 2.2.2 Preço de Gás Natural e Condensado

No geral, os preços de venda de gás natural e de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho 2018 foram superiores comparativamente ao mesmo período anterior de 2017 (AF17), devido a ascensão do preço de petróleo no mercado internacional.



- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato GSA1 (incluindo as quantidades em excesso encomendadas) foi de USD1,98/GJ, o que representa um crescimento em 22,24% comparado com o período anterior (AF17) de USD1,62/GJ, devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato GSA2 foi de USD1,72/GJ que é 18,21% superior em relação ao período anterior (AF17) de USD1,46/GJ, devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato ENH-KOGAS foi de USD1,83/GJ que é 1,10% superior em relação ao período anterior (AF17) de USD1,81/GJ, devido à variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato da MGC foi de USD1,29/GJ que é 6,39% superior em relação ao período anterior (AF17) de USD1,21/GJ, devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato CTRG foi de USD2,46/GJ que é 1,03% superior em relação ao período anterior (AF17) de USD2,44/GJ, devido a variação positiva dos índices de preço de produção dos Estados Unidos (USA PPI).

- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato da ENH-2MGJ foi de USD2,17/GJ que é 1,17% superior em relação ao período anterior (AF17) de USD2,14/GJ, devido a variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).



- A média ponderada de preço de condensado no âmbito do Acordo de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos foi de USD26,29 por barril que é 115.32% superior ao preço praticado no exercício anterior AF17 de USD12,21 por barril, devido, principalmente, ao aumento dos preços do petróleo bruto (Brent) no mercado internacional.

### 2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e pela Kuvaninga a partir de Julho de 2017 a Junho de 2018 foi 7.44% superior do que o gás levado no período anterior de AF17. Isto deveu-se ao aumento do consumo do gás doméstico durante o período em apreço, com um aumento significativo no segundo e terceiro trimestres do período reportado, devido ao aumento da procura `a jusante da rede de distribuição da MGC e Kuvaninga, respectivamente.

## 2.4 Revisão das Operações

### 2.4.1 Operações nos campos de gás

Os gráficos abaixo visualizam o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do FY18

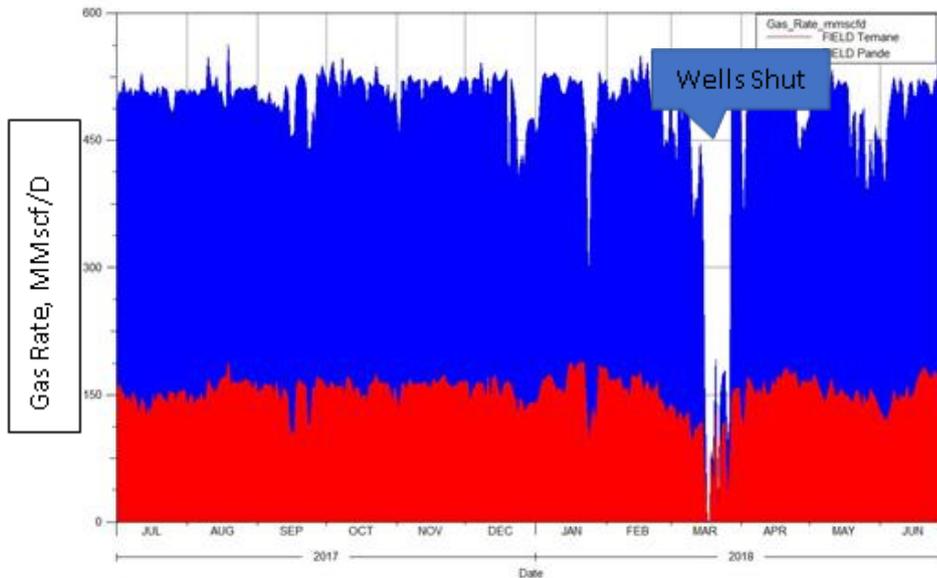


Figura1: Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de Julho de 2017 a Junho de 2018

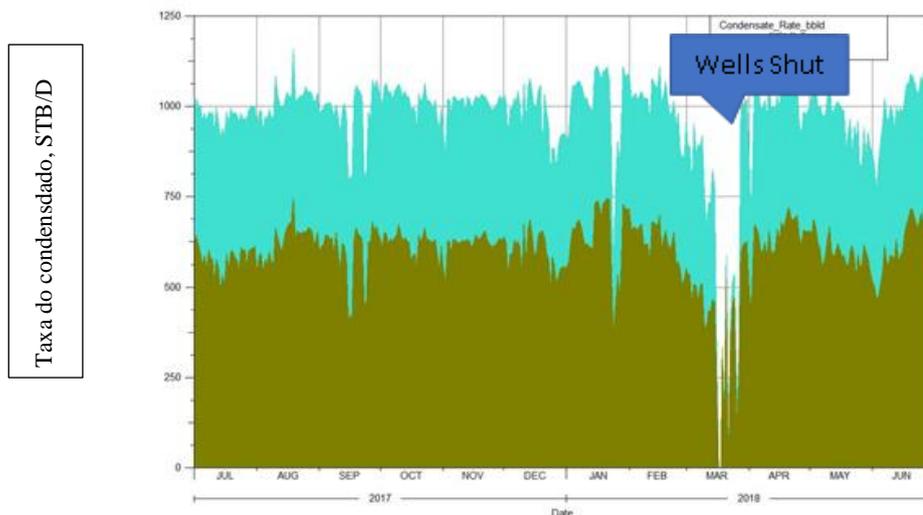


Figura 2: Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de Julho de 2017 a Junho de 2018

- A produção média de gás do PPA no ano financeiro 2018 (AF18) foi de 484.35MMscf/D (Milhões de pés cúbicos por dia), que corresponde a um decréscimo de 3.0% em relação ao ano anterior de AF17, que foi de 499.64MMscf/d.

Houve uma redução de produção na ordem de 15,3 MMscf/d, com os rácios médios de contribuição de 31% e 69% para os campos de Temane e Pande, respectivamente.

- A Produção média total de condensado foi de 1 046STB/D (Stock tank Barril por dia) no AF18, que corresponde um decréscimo de 17.7% em relação ao AF17, que foi de 1 271 STB/D.
- A produção de condensado baixou em 225 STB/D comparado ao mesmo período do AF17, devido a baixa produção de Gás e a queda do rácio do condensado versus gás (CGR) que tem vindo diminuindo com o tempo face a queda das pressões nos reservatórios.
- De acordo com os gráficos acima apresentados, pode-se verificar que nos dias 18 e 19 de Março houve uma paragem planificada de produção na central de processamento (CP) e nos campos com vista a levar a cabo a manutenção de rotina.

### **Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção**

No âmbito das actividades de monitoria dos reservatórios e avaliação do desempenho dos campos, foram identificados problemas de integridade dos furos, como indicados abaixo:

- Pande-19, permanece fechado desde Setembro de 2016 devido a problemas de integridade. A válvula de segurança da cabeça de furo ainda permanece preso e precisa de ser removida. Estão em curso trabalhos de remoção dessa válvula de modo que o furo volte a produzir e caso o problema persistir o furo será submetido a uma intervenção durante a próxima campanha de perfuração.
- Temane-9, ainda permanece fechado desde Setembro de 2016 devido a dois dispositivos que estão presos no furo. Foram feitas operações de remoção desses dispositivos através da técnica de “*fishing (wireline)*” de modo a voltar a produzir, mas não houve sucesso na operação, portanto, caso a técnica de wireline para a remoção do dispositivo não resolva o problema, será um dos furos seleccionados para uma intervenção no AF19.
- Temane-14, ainda permanece fechado desde Julho de 2015 devido a produção excessiva de água e espera-se que o furo permaneça fechado por um longo período.

- Temane-25, (furo de reinjeção de água) foram detectadas fugas de gás na parte externa do “casing”. O furo foi selado e abandonado em Junho de 2018 e foi recomendado a perfuração de um novo furo.
- Temane-22, primeiro furo de reinjeção de água, apresenta valores elevados de *skin* (dano no reservatório) e alta pressão na formação. Face a estes problemas a operadora apresentou a opção de fazer uma nova perfuração no reservatório G10 ou a sua reperfuração.
- O Temane-11, permanece fechado devido a problema de baixa produção de gás e problemas de integridade, portanto foi recomendado pela equipa de gestão de reservatórios para que seja usado como um furo de monitoria de pressão do reservatório G9B.
- Durante o período em apreço, foi realizado teste de tubagem de produção dos furos de Pande e Temane, na qual foi identificado uma perda excessiva de metal de 34% na tubagem de produção de 7 polegadas do furo Pande-17. Para mitigar este risco, nove furos monobore de Pande foram seleccionados para intervenção durante a campanha de perfuração do AF19.
- Temane-4, o furo esteve fechado desde Maio de 2017 devido a um problema de fugas de gás na válvula da cabeça do furo. Após uma intervenção, o furo voltou a produzir desde Janeiro de 2018.

Durante o período em análise, foram identificados 13 potenciais furos que representam riscos e que resultam das operações que antecederam o projecto do PPA e que foram selados e abandonados pela Sasol em 2007 e estão sob responsabilidade do consórcio, no âmbito do acordo das operações petrolíferas (PPA).

Devido a uma situação crítica de fugas de gás que esses furos apresentam, será necessário realizar outros trabalhos de avaliação e intervenção para que a selagem e o abandono dos mesmos esteja em conformidade com os padrões internacionais da organização da indústria de petróleo e gás da UK (UKOOA- UK Offshore Operators Association), tendo em conta que estes representam um perigo para os activos do consórcio, devido ao fraco isolamento do reservatório G6 e o facto de haver ainda indicação de contaminação do aquífero da formação de Jofane que não esta sendo

protegido ambientalmente de forma correcta. Este trabalho de isolamento dos furos esta planificado para ocorrer no início do ano fiscal de 2019. Assim sendo, a equipa responsável pelos furos, está a avaliar o período e o tipo de intervenção e está em curso a mobilização de uma plataforma de perfuração para o AF19.

#### 2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)

As operações na Central de Processamento (CP) estiveram estáveis durante o período reportado. As encomendas globais diárias foram alcançadas ao longo do período sem exceder os 2% de entregas. Contudo, ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- A unidade 61 (Compressor de Alta Pressão), sofreu sucessivas avarias resultantes da falha de indicação de nível de baixa pressão do gás combustível. A investigação das possíveis causas foi realizada, não tendo sido encontrados grandes problemas após a reparação, a unidade foi posta a funcionar.
- A unidade 53 (Correcção do ponto de orvalho), teve problemas na unidade de armazenagem de propano. Após investigações, foram detetados vazamentos e fissuras no sistema de instrumentação da tubagem e da válvula, respectivamente.
- A unidade 61 (Compressor de Alta Pressão), teve quatro avarias durante o período em apreço. Uma investigação para apurar as causas foi conduzida e identificou-se que a alimentação do sistema de gás combustível estava a causar avarias e se decidiu fazer a substituição.
- Durante o período em apreço, foram conduzidos testes de baixa pressão de entrada nas unidades de compressão de alta e baixa pressão para testar o desempenho dos compressores a uma pressão de sucção de 34 bares e foram alcançados resultados satisfatórios.

Entretanto durante o período, foram realizadas operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- Operações de manutenção programadas para os campos e CP foram realizadas durante o período em apreço.
- A paragem anual planificada de produção foi realizada com sucesso e sem registo de incidentes de segurança na planta de processamento durante o mês de Março.

- Na unidade 69 (Estação de medição de Gás Natural-Daniel), foi realizada a calibração em conformidade com a Norma ISO (Organização Internacional de Normalização) durante o mês de Setembro de 2017 em todas as quatro linhas de fluxo e foi identificado um bloqueio na saída da válvula da terceira (3ª) unidade de medição. A equipa de manutenção reparou a avaria e não foi necessário substituir a referida válvula.
- Na unidade 69 (Estação de medição de Gás Natural-Daniel), foi realizada a calibração nos transmissores de temperatura (69-TT-005A/B/C) e de pressão diferencial (69-PDT-005A/B/C) durante o mês de Janeiro de 2018, em conformidade com a Norma ISO em todas correntes de fluxo.

### 2.4.3 Manutenção e projectos de extensão do “plateau”

#### 2.4.3.1. Projecto de Compressão de baixa pressão

##### Compressão de baixa pressão: Segunda Fase

- A terceira unidade de compressão foi totalmente instalada, os testes mecânicos foram realizados satisfatoriamente e os testes para início de funcionamento foram realizados com sucesso.
- O Benefício das operações (BO) para a segunda fase do projecto de compressão de baixa pressão está prevista até o final de Setembro de 2018.

##### Compressão de baixa pressão: Terceira Fase

O objectivo da terceira fase do projecto compressão de baixa pressão é de instalar a quarta unidade (compressor de turbina movido a gás) na central de Processamento.

- De acordo com o plano de desenvolvimento dos campos, a terceira fase de compressão de baixa pressão terá início quando a pressão do reservatório sofrer uma redução até 22 bar.
- Os estudos de engenharia (FEED) e o processo de verificação foram concluídos em Março de 2018.
- A estimativa actual dos custos do projecto está em torno de USD 42,5 milhões, aproximadamente 1.5% deste valor foi alocado até a verificação dos estudos de engenharia (FEED) equivalente à USD 0,65 milhões.

- Os testes para início de funcionamento (RFC) e Benefício das operações (BO) estão reexpressos até o final de Março de 2020.

Ainda no âmbito de extensão do período de “plateau”, o primeiro furo horizontal do PPA, Pande-27, foi perfurado com sucesso em Março de 2018 no campo de Pande, como o primeiro furo (*infil well*) para sustentar o “plateau” de 197 MGJ/ano.

Os testes de produção deste furo foram realizados e ditaram uma capacidade máxima de produção de gás de cerca de 36.5MMscf /d (milhões de pés cúbicos por dia), valor considerado inferior quando comparado com o reexpresso no programa de teste, que é de 60MMscf/d, isto devido a problemas ocorridos durante a operação de perfuração, tendo sido perdido a lama de perfuração na formação. Havendo necessidade poderá sofrer uma intervenção de trabalho de acidificação caso não se consiga uma boa limpeza do furo ou se verifique danos na formação até a sua fase de produção, isto para estimular o furo e permitir o aumento do fluxo de produção de cerca de (+/- 60MMscf / d), que era reexpresso.

Para os restantes furos, de acordo com o plano de desenvolvimento do campo, a operadora prevê mobilizar uma sonda para a próxima campanha de perfuração no ano financeiro de 2019 (AF19).

#### 2.4.3.2 Projecto de compressão de 5 bar em Pande (PIC)

Projecto de instalação de compressão de 5 bar é uma compressão adicional com o objectivo de compensar a depleção da pressão dos reservatórios. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo contínua produção de gás a pressões do reservatório inferiores a pressão de abandono conforme aprovado no plano de desenvolvimento e permitir a extensão do período de “plateau” para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

O projecto PIC é o último projecto de extensão de “plateau” (que visa mitigar o défice no fornecimento de gás) e não está contemplado no actual plano de desenvolvimento de campo aprovado pelo governo. Este projecto vai minimizar, mas não elimina o défice de reservas.

Com base nos trabalhos feitos até agora pela operadora em nome dos parceiros, as conclusões preliminares foram:

- a) Alguns cenários do projecto PIC, podem ser atractivos para ambas as partes interessadas (parceiros da JO) de acordo com a assumpção de que deve haver lugar a extensão de algumas obrigações contratuais.
- b) Negociações de carácter comercial/jurídico serão necessárias para encontrar formas de melhorar a viabilidade económica do projecto. Dentre elas: extensão da licença, a emenda do plano de desenvolvimento do campo e contratos de venda de gás.
- c) A finalização de trabalhos técnicos é crucial por forma a permitir uma tomada de decisão sobre o projecto.

O programa de extensão do “plateau” (PEP) é composto largamente por uma série de actividades, nomeadamente: Projecto de compressão de baixa pressão fase 1, 2 e fase 3, furos adicionais (*infill wells*) e projectos baseados em instalações, com o objectivo de manter o “plateau” de produção do PPA em 197 PJ / a, por forma a se cumprir com o fornecimento das quantidades contratuais totais durante o período de vigência dos contratos até o ano financeiro de 2034 (AF34).

### **Motivação para execução do projecto**

O relatório das vendedoras (*sellers report*) do ano financeiro de 2017 (AF17) declarou um défice de reservas de 468 Bscf das reservas provadas, 1P. Isto baseia-se em um conjunto de pressupostos do relatório das vendedoras (*sellers report*) e não inclui o projecto PIC. Esse défice significa que provavelmente haverá gás em falta na entrega das encomendas de gás nos contratos GSA 1 e GSA 2, fazendo com que se verifique incumprimentos contratuais.

Em resposta ao défice de reservas declarado nos contratos de venda de gás (GSA 1 & GSA 2), há necessidade de se entrar em processo de renegociação entre as vendedoras e a compradora de gás de modo a acordar as medidas apropriadas de mitigação e proceder-se a uma alteração do contrato sem penalizações para as vendedoras.

As partes interessadas (vendedoras e compradoras) ainda não se comprometeram a explorar as alternativas, pois foi acordado que tais compromissos ocorreriam após a

conclusão da auditoria independente de reservas que está sendo realizada pela empresa contratada, DeGolyer & MacNaughton.

Em paralelo, como parte da fase de avaliação do projecto, a Genesis Oil & Gas Ltd foi contratada pela operadora para definir uma base de estudo para o projecto PIC, que incluiu a identificação, viabilidade económica de várias opções técnicas praticáveis.

A Genesis apresentou 14 opções do projecto PIC. A partir destas opções, a equipa de engenharia de reservatórios identificou quatro combinações adicionais com base na concepção de maximizar a recuperação de gás de forma sustentável e posteriormente se avançar para a fase de selecção.

A fase de selecção do projecto teve início em Novembro de 2017 e o processo de verificação dos estudos de engenharia começou no início de Março de 2018, e os trabalhos ainda estão em progresso e a conclusão está prevista para Setembro de 2018.

Resultados preliminares da Genesis, indicaram que o projecto PIC, poderá produzir gás fora do período dos contratos existentes, sendo assim vai requerer negociações das várias opções técnicas, bem como a sua aprovação por todas partes interessadas antes da sua execução.

## 2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente

Em geral o bom desempenho global de Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e o progresso contínuo na implementação das iniciativas relacionadas a SS&A da Sasol estão a ser mantidas.

Não foram registados incidentes significativos de Saúde, Segurança e Ambiente durante o período reportado.

Os programas de gestão de saúde ocupacional continuam a ser bem geridos e foi notável o progresso positivo no alcance de bons indicadores de desempenho em segurança. Estão em revisão todos os procedimentos e metodologias de trabalho de forma a cumprir-se com os padrões da certificação, ISO 14001:2015.

A aderência para os programas de monitoria de saúde dos trabalhadores foi excelente e não foi identificada nenhuma anomalia. Os trabalhadores do consórcio (JO) bem como dos provedores de serviços a longo termo foram atendidos na clínica.

A incidência da malária aumentou em função da variação das estações do ano e para a

mitigação desta doença está em curso um programa de malária na CP e no complexo habitacional de Nhamacunda com base na pulverização do recinto, aplicação de químicos (larvicida) no lago, drenos e pulverização das casas. Esta acção resultou no impacto positivo reduzindo desta forma a população de mosquitos.

A campanha de HIV para a consciencialização, aconselhamento e testagem voluntária tem acontecido numa base regular. A campanha anual decorreu de 4 a 8 de Dezembro de 2017 e teve lugar nos escritórios da Sasol em Maputo e na CP. Todos os trabalhadores do consórcio e provedores de serviços da CP foram convidados a participar desta iniciativa. O objectivo destas iniciativas é de promover a consciencialização em cuidados de saúde através do diagnóstico precoce e do acesso antecipado aos cuidados médicos emelhoria das medidas de prevenção.

Durante o período em apreço, tiveram lugar as seguintes auditorias:

- MITADER (Ministério da terra, ambiente e Desenvolvimento Rural) conduziu uma auditoria nos dias 9 a 11 de Agosto; o programa consistiu na visita do furo Pande-4, bem como a CP e a revisão dos documentos. Como resultado, 25 aspectos positivos foram identificados e nenhum aspecto negativo foi observado. No geral o desempenho foi de cerca de 100% positivo, embora tenham sido feitas algumas recomendações tais como: a promoção de melhores práticas ambientais dentro dos trabalhadores subcontratados, a submissão do relatório semestral à Agência Nacional para o Controlo de Qualidade Ambiental- AQUA;
- Foi conduzida uma auditoria de segurança, saúde e ambiente em Setembro onde foram identificados e levantados os problemas encontrados durante a reunião do fecho da auditoria, dentre eles, a actualização de todos os documentos para incorporar o novo padrão de referência, ISO 14001:2015;
- Foi conduzida ainda a auditoria de segurança, saúde, ambiente e qualidade a partir de 20 a 24 de Novembro para avaliar a conformidade dos padrões, bem como a efectividade do sistema de gestão ambiental e qualidade. Os resultados da auditoria ditaram: 3 melhores práticas, 2 desvios e 23 observações e devido a estes desvios um plano de acção compreensível foi desenhado e partilhadas todas as acções com a equipa de SS&A para mitigar estes desvios.

- A DQS, uma empresa de auditoria vocacionada em avaliação e certificação de sistemas de gestão, divulgou o relatório de auditoria destacando áreas que necessitam de melhoramento. Um plano de acção foi compilado e discutido pela equipa de trabalho. No âmbito ambiental, foram identificados 10 *items* a serem melhorados e serão geridos por via de um sistema integrado de gestão destinado à Segurança, Saúde e Ambiente, para o melhor controlo das actividades e prazo de execução. Os aspectos positivos evidenciados no relatório são: o processo de planeamento de sucessão, pessoal competente e bem informado que explicaram o processo de efluente de esgoto e incenerador de resíduos, novos operadores de painel de controlo de produção.

#### **Pande-4 Monitoria Ambiental**

O consórcio tem tomado todas as medidas necessárias de acordo com as boas práticas da indústria petrolífera, para o controlo do fluxo de hidrocarbonetos à superfície, e para a prevenção da perda de gás produzido na área do PPA.

Tem sido colhidas amostras de água subterrânea em redor do furo, água da superfície e de gás do furo, bem como o monitoramento do vapor de gás. Esta em curso o envolvimento da comunidade local dando-lhes a conhecer as actividades do consórcio (JO) visando a monitoria do Pande-4.

O objectivo final do projecto de remediação do Pande-4 é de mitigar o risco de futuras explosões no Pande-4, ou nas proximidades deste. Através da identificação e execução do programa mais apropriado para prevenir o fluxo de hidrocarbonetos à superfície. A primeira explosão do Pande-4 ocorreu em 1965 seguido por outra em 1987. Em 2014 foi observado o gás borbulhando na superfície do Pande-4, seguido pelo segundo fluxo de gás à superfície a aproximadamente 20 metros do local original do fluxo observado no início de 2015.

O bloqueio e abandono do Pande-4 é um desafio devido a destruição da parede do furo causada pela explosão.

A pesquisa sísmica em 3D que foi conduzida em 2016, cobriu 42 Km<sup>2</sup> cujo o fim era de providenciar o melhor conhecimento da subsuperfície na vizinhança do Pande-4, não teve

sucesso na identificação da posição da parede do furo, a interpretação mostrou que os dados sísmicos num raio de 250 metros em redor do Pande-4 foram gravemente afectados pela migração de gás. Interpretada como efeito de chaminé com o gás residual armazenado nos poros. Em conclusão não há nada que possa ser feito em termos de trabalho de intervenção convencional num curto período de tempo, e foi comunicado ao Regulador INP as ações feitas pelo consórcio. A situação do Pande-4 é considerada anormal.

Contudo foi desenvolvido um plano de acção que consiste na construção de uma vedação no Pande-4, casa do segurança, casa de Banho e canal de drenagem da água até a cratera. Por enquanto, foi construída uma berma para colher água contaminada que flui das redondezas. O nível de água aumentou e esta a um nível crítico com o risco de transbordar.

## 2.6 Aspectos Legais

Considerando que o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos celebrado com a Petromoc, em vigor desde 23 de Julho de 2015, expira em Julho de 2018, a SPT, na qualidade de Operadora, iniciou o processo de selecção do potencial comprador de hidrocarbonetos líquidos para o próximo contrato, tendo apresentado a CMH e ao IFC, a proposta de lista dos potenciais concorrentes. O Consórcio concordou com a lista dos potenciais compradores, bem como com a versão final da Proposta de Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos, que lhes foi enviada. Em resposta, seis (6) empresas submeteram propostas, que foram avaliadas separadamente pelos Parceiros do consórcio (JO). A Petromoc foi seleccionada entre as concorrentes e a versão final do Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos foi enviada para assinatura pelos Parceiros do consórcio (JO), que se espera que esteja concluído em Agosto de 2018.

Durante o presente ano, o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos em vigor desde 2015 foi emendado devido às restrições de peso impostas sobre o Rio Save, com efeitos a partir de 31 de Agosto de 2017, que resultaram na alteração da rota de transporte de condensado da Beira para Matola. Esta mudança operacional resultou no aumento dos custos de transporte de USD 36,95/bbl para USD 37,91/bbl. A Petromoc solicitou a partilha dos custos adicionais ao transporte, com os Parceiros do consórcio (JO), numa base de 50/50, ou seja, USD 0,96/barril; o referido pedido foi aceite pelos Parceiros do consórcio (JO). Contudo, este Contrato expirou a 22 de Julho de 2018.

Durante o ano reportado, os Parceiros do consórcio JO, a CTRG e os seus Financiadores assinaram o Acordo Directo. Considerando que ambos, o Acordo Directo e a Emenda ao Contrato de Venda de Gás à CTRG foram assinados, a 18 de Dezembro de 2017, a CGA (uma Sociedade Moçambicana de Advogados independente) emitiu a versão actualizada do Parecer Jurídico que avalia a capacidade legal das Vendedoras de serem partes nos referidos contratos.

Relativamente aos Contratos de Venda de Gás ao mercado Moçambicano (com a MGC, a ENH, a CTRG e a ENH-Kogas), foram novamente registados atrasos e pagamentos parciais de facturas, alegadamente devido aos atrasos nos pagamentos pelos consumidores de energia a jusante, que tem sido afectados pela baixa procura de energia pelo Distribuidor de Energia, tendo em conta que aproximadamente 80% do gás vendido em Moçambique é utilizado para a produção de energia. Por seu lado, a Empresa Distribuidora de Energia argumenta que continua a sofrer atrasos nos pagamentos por parte dos seus clientes da região da África Austral, bem como de reduzida procura de energia na região. A este respeito, o operador teve vários encontros com a ENH e a MGC, no sentido de encontrar soluções para os recorrentes atrasos nos pagamentos, bem como para as dívidas avultadas, tendo sido aventada a possibilidade de emendar os Contratos para evitar ou remediar esta situação recorrente. Não obstante, os Parceiros do consórcio (JO) reconhecem que os contratos existentes prevêm mecanismos suficientes para resolver questões de *Levar ou Pagar (Take or Pay)*, bem como de cobrança de juros pelos atrasos nos pagamentos.

Adicionalmente aos atrasos nos pagamentos e ao problema de *Levar ou Pagar* acima mencionados, a 20 de Outubro de 2017, a SPT, na qualidade de operadora, suspendeu a obrigação das Vendedoras de fornecer gás à ENH, até que a ENH efectue o pagamento total dos valores não pagos, durante o período de Janeiro a Agosto de 2017, ou que encontre mecanismos aceitáveis para pagar o referido valor. Espera-se que as encomendas ou nomeações iniciem no quarto trimestre do Ano Financeiro 2018.

Durante o presente ano, a SPM (Sasol Petroleum Moçambique) solicitou a suspensão das negociações do Contrato de Prestação de Serviços de Longa Duração, de Conexão da CPF à LPF até Dezembro de 2017, tendo em conta que a mesma pretende reduzir o âmbito dos trabalhos, em função dos resultados obtidos em Maio de 2017, nas actividades de perfuração realizadas na área do PSA (Contrato de Partilha de Produção). As referidas

negociações foram solicitadas pela SPM, com o objectivo de adicionar serviços ao Contrato de Prestação de Serviços de Apoio as actividades de perfuração, necessários para o desenvolvimento das suas instalações de processamento de líquidos.

No dia 12 de Janeiro de 2018, a ENH-KOGAS declarou força maior, devido a avaria na planta da Agrekko, que durou catorze (14) dias. A referida força maior foi recusada devido à insuficiência de informação sobre o evento.

Durante o presente ano, os Parceiros do consórcio (JO) estiveram envolvidos no processo de negociação da emenda ao Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás para o fornecimento do gás em excesso a Sasol Gas sob condição de dispensa por dois anos da responsabilização das Vendedoras pelo fornecimento insuficiente de gás, devido ao Défice de Reservas. Este processo encontra-se quase concluído e a versão final das referidas emendas será partilhada com os Parceiros do consórcio (JO) para assinatura durante o mês de Agosto de 2018.

Durante o ano reportado, os Parceiros do consórcio (JO) estiveram igualmente envolvidos no processo de negociação da Emenda ao Contrato de Venda de Gás a ENH-KOGAS (GSA) de modo a incorporar no contrato, o regime do *strategic linepack gas* que é facturado ao Comprador. A ENH-KOGAS concordou em efectuar o pagamento do *strategic linepack gas*, contudo, solicitou que o GSA fosse emendado de modo a conformar-se com o seu processo interno de pagamento, uma vez aprovada e assinada a referida emenda será usada como modelo para emendar todos os GSA em vigor.

### 2.6.1 Mudanças materiais na legislação

Relativamente as alterações legislativas, foi promulgado o Regulamento dos Preços de Transferência através do Decreto nº 70/2017, de 6 de Dezembro, em vigor desde 1 de Janeiro de 2018.

A 28 de Dezembro de 2017, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento de Reembolso do IVA, através do Decreto número 78/2017, que estabelece os procedimentos relativos ao reembolso do IVA, incluindo por parte das missões diplomáticas e consulares, bem como de organizações internacionais com estatuto diplomático.

Adicionalmente, a 28 de Dezembro de 2017, a Assembleia da República aprovou a

alteração do Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas, através da Lei número 14/2017, que está em vigor desde 1 de Janeiro de 2018.

A referida Lei:

- (i) Acrescentou à lista de encargos não dedutíveis, os custos e as perdas resultantes de impostos provenientes de transmissão onerosa ou não de participações no sector petrolífero;
- (ii) Alterou os regimes de estabilidade fiscal, de certificação de contas por auditores independentes e de tributação de mais-valias (referente: (a) a ganhos resultantes da alienação onerosa ou gratuita, directa ou indirecta de direitos petrolíferos situados em território Moçambicano; (b) ganhos resultantes da transmissão onerosa ou gratuita, directa ou indirecta, entre entidades não residentes, de partes representativas de capital social de entidades detentoras de um direito petrolífero, ou de outros bens mobiliários e imobiliários, que devem ser considerados como tendo sido obtidos em território moçambicano, independentemente do lugar onde a alienação ocorra e (c) ganhos resultantes da diferença entre o valor da realização e do valor da aquisição são tributados na totalidade); e
- (iii) Revogou a redução em 50% da taxa de Imposto de Produção de Petróleo que era aplicada, quando a produção se destinava ao desenvolvimento da indústria local.

Na sequência da aprovação do Decreto número 49/2017 de 11 de Setembro, pelo Conselho de Ministros, que revoga o Regulamento da Lei Cambial (Decreto número 83/2010 de 31 de Dezembro) e atribui poderes ao Banco de Moçambique (BM) para regular os procedimentos cambiais, o Banco de Moçambique introduziu alterações ao Regulamento da Lei Cambial, através do Aviso n° 20/GBM/2017 de 11 de Dezembro. O referido Aviso entrou em vigor a 11 de Dezembro de 2017 e trouxe alterações significativas, com implicações para as empresas e investidores tais como, entre outras:

- (i) Obrigatoriedade de registo de todas as operações cambiais, que deve ser efectuado pelas instituições de crédito sociedades financeiras;
- (ii) Obrigatoriedade de repatriar as receitas de exportação de bens e serviços e de outros rendimentos de investimento no estrangeiro. Tal obrigação pode ser dispensada, com a aprovação do Banco de Moçambique;

- (iii) Remoção da obrigação de converter em moeda nacional, as receitas provenientes da exportação de bens e serviços, sendo que as mesmas podem ser mantidas na totalidade em moeda estrangeira. Contudo, para pagamentos a entidades residentes, tais receitas podem ser convertidas em moeda nacional;
- (iv) Não exigência de autorização prévia do Banco de Moçambique para investimentos directo estrangeiro, para valores anuais de até USD 250 000, contanto que seja efectuado por intermédio de um banco autorizado a operar em Moçambique;
- (v) Não exigência de autorização prévia do Banco de Moçambique para acordos de crédito, créditos e créditos financeiros do estrangeiro, se o acordo de crédito não exceder USD 5 000 000 desde que preencham os requisitos estabelecidos no Aviso e que o desembolso seja registado num banco intermediário.
- (vi) Criação de uma secção com um regime cambial especial para operações de petróleo e gás, que engloba: os termos e condições para a transferência de lucros e dividendos; venda de moeda estrangeira ao Banco de Moçambique; abertura e movimentação de contas junto de instituições financeiras em Moçambique e no estrangeiro; obrigações das concessionárias tais como: a obrigação de anualmente submeter ao Banco de Moçambique projecções de receitas de exportação, de despesas e de receitas fiscais para o ano seguinte.

O Banco de Moçambique aprovou, através do Aviso nº 4/GBM/2018 de 22 de Março, o Regulamento que estabelece as normas e os procedimentos a observar na movimentação da conta específica de receita de exportação de bens, serviços e rendimentos de investimentos.

O Código Comercial aprovado pelo Decreto-Lei nº 2/2005, de 27 de Dezembro e parcialmente emendado pelo Decreto-Lei nº 2/2009 de 24 de Abril, foi emendado através do Decreto-Lei nº 1/2018 de 4 de Maio por forma a adequá-lo à necessidade de desburocratização, flexibilização e simplificação de procedimentos na constituição de empresários comerciais.

## 2.6.2 Litígios

Não há litígios a reportar durante este período.

## 2.7 Responsabilidade Social Empresarial

A CMH e os seus parceiros continuam a reconhecer a importância de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades em Inhambane, investindo em projetos sociais que visam melhorar as condições de vida nessas comunidades. No âmbito do seu programa de investimento social, no exercício de 2018, o consórcio (JO) investiu um montante de USD 1 333 574 na implementação dos seguintes projectos:

- **Programa de capacitação de alunos e professores**

O programa de capacitação de alunos e professores é uma iniciativa que está sendo implementada pelo terceiro ano consecutivo e visa melhorar a qualidade da educação nas escolas para as disciplinas de *STEM* (acrónimo em inglês para as disciplinas relacionadas com ciência, tecnologia, engenharia e matemática), de modo a garantir a prontidão dos alunos para a universidade e incentivar o interesse para carreiras relacionadas à indústria de petróleo e gás. Desde o seu início, o projeto foi implementado em 4 escolas secundárias em Inhassoro e Govuro, 46 professores se beneficiaram de treinamento adicional, bem como foram distribuídos *kits* de laboratório para melhorar a experiência de aprendizagem. Durante o ano, os professores foram treinados para usar os *kits* de laboratório; os alunos participaram de uma competição para premiar os melhores alunos em ciências; foi realizada uma avaliação do sucesso do projeto e, devido aos seus resultados positivos, foi feito um estudo de viabilidade para replicar a iniciativa em dois novos distritos (Mabote e Funhalouro).

- **Capacitação em empreendedorismo**

O programa de capacitação em empreendedorismo tem como objetivo capacitar jovens nas comunidades, ajudando-os a identificar habilidades empresariais e a desenvolver as suas ideias de negócio. No último ano financeiro, foi construído um centro de formação e 80 pessoas de Govuro e Inhassoro aprenderam a identificar oportunidades de negócio no mercado e a adicionar valor às suas iniciativas de empreendedorismo através de sessões de formação, *coaching* e mentoria.

No exercício findo, a JO concedeu apoio financeiro, *coaching* e mentoria para um total de 27 projetos.

- **Programa de geração de renda para as comunidades da area do PPA**

Pelo terceiro ano consecutivo, a JO apoiou um total de 57 famílias em Inhassoro para o desenvolvimento de pequenos negócios envolvendo produção de ovos, frangos e horticultura. O projeto impulsionou três associações provenientes das comunidades a iniciar negócios, melhorar o acesso ao mercado e a qualidade dos seus produtos.

Durante os 12 meses, os beneficiários do projeto de produção de frangos e ovos receberam treinamento em higiene, segurança e controle de qualidade.

Quanto ao projeto de horticultura, um poço adicional e lavabos foram construídos com vista a melhorar a disponibilidade de água e as condições de higiene e de saúde. Dentro do período, os participantes do projeto receberam treinamento para gestão do sistema de irrigação, gestão financeira e de negócios.

Observou-se que, nos três projetos, os participantes puderam vender seus produtos dentro dos mercados locais, gerar lucros e reinvestir para expandir a produção. A renda adicional gerada pelos projetos permitiu que os participantes respondessem às necessidades básicas de suas famílias, como educação, saúde e alimentação.

- **Capacitação do Governo local (incluindo planeamento urbano)**

Mangungumete, uma das áreas que cercam o CPF experimentou um rápido crescimento da sua população como resultado das actividades nos campos de gás de Pande e Temane e de outros locais na área e, se o crescimento continuar de forma desordenada, isso pode ter consequências para a geração futura limitando o acesso a serviços sociais e habitação. Portanto, o consórcio (JO) apoiou o Governo de Inhassoro a projectar um plano urbano que ajudará a controlar melhor o crescimento da população, impulsionar a expansão de forma ordenada e permitir que os recursos sejam distribuídos de forma equilibrada. No exercício de 2018, o Plano Urbano foi concluído e entregue ao Governo Distrital de Inhassoro.

- **Reabilitação de fontes de água**

Uma série de furos foram construídos pelo consórcio (JO) em diferentes comunidades que cercam a Central de Processamento com alta prevalência de doenças transmitidas pela água, no entanto, alguns desses poços desenvolveram problemas ao longo do tempo e não são mais operacionais. Durante o ano, 5 furos equipados com bombas manuais foram

reabilitados e entregues em diferentes comunidades em Inhassoro.

- **Programa de desenvolvimento de empresas e fornecedores (ESD)**

O objectivo do programa de desenvolvimento de empresas e fornecedores é equipar as pequenas e médias empresas locais para atender padrões internacionalmente reconhecidos, melhorando assim o acesso às oportunidades de negócios pelo operador, bem como para as de outras empresas. Dentro dos 12 meses, a política de governação do programa (ESD), as suas directrizes e orçamento foram submetidos à aprovação; foram realizadas duas conferências de conteúdo local em Inhassoro e Maputo; e 17 fornecedores foram identificados para participar do projecto.

- **Avaliação e Monitoria dos Projectos Sociais**

De acordo com a recomendação da política de RSE de Moçambique, 1% do orçamento de RSE deve ser alocado para a avaliação e monitoria de projectos. Durante o período, foi elaborado um relatório de avaliação de impacto para todos os projetos de investimento social implementados a partir do ano 2000 até 2015, bem como foi submetida uma base de dados resultante do estudo do impacto dos projectos sociais.

- **Sistema de abastecimento de água de Inhassoro**

O projeto do sistema de água de Inhassoro propõe a construção de furos água e um reservatório de água numa localidade que atualmente não possui sistema de água potável instalado e tem acesso a água através de poços equipados com bombas manuais. O sistema proposto permitirá maior acesso a água potável às comunidades em Inhassoro e será implementado em parceria com a ENH e o Departamento Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos de Inhambane. No decorrer do ano, devido a algumas inconsistências encontradas no plano inicial do projecto, foi lançado um concurso para a contratação de um consultor para reformulação do projecto.

- **Reabilitação da ponte-cais de Inhambane**

Em Fevereiro de 2017, a costa leste de Moçambique foi atingida por um grave ciclone tropical, o Dineo, que afectou as comunidades de oito distritos e cidades da província de Inhambane. Dada a escala de destruição da infraestrutura social e económica, o Governo

Provincial de Inhambane lançou um apelo por ajuda de emergência para apoiar as comunidades, incluindo a reabilitação de infraestruturas socioeconómicas vitais. Como uma empresa responsável empenhada em melhorar a vida das comunidades de acolhimento, a JO forneceu o apoio para a reabilitação do cais de Inhambane. No período, um Memorando de entendimento foi assinado pelos parceiros de implementação e teve início a fase de construção.

- **Reabilitação da estrada EN-1**

No actual estado de degradação, o troço de estrada EN1 de Pambara, no distrito de Vilanculos, até ao Rio Save, no distrito de Govuro, representa um sério risco de acidentes. Entretanto, o CPF está localizado em Temane, distrito de Inhassoro e a maioria dos seus empregados vive em Vilanculos sendo obrigados a viajar cerca de 120km para chegar ao CPF e regressar a casa todos os dias.

Reconhecendo a necessidade de apoiar os esforços do Governo para reabilitar a estrada e consciente do risco que os nossos empregados e outros utilizadores estão expostos todos os dias enquanto viajam para trabalhar e voltar, os parceiros estão comprometidos em apoiar o Governo na reabilitação de 35 km da secção da EN1 de Pambara a Macovane para salvaguardar a segurança e o bem-estar. Durante o ano financeiro de 2018, um memorando de entendimento foi assinado com a ANE (Administração Nacional de Estradas) a 30 de Maio de 2018 a fim de reabilitar 35 km da estrada EN1 ao longo do próximo ano. A ANE será responsável pela manutenção da estrada após a conclusão do projecto.

### 3. Actividades da CMH

#### 3.1 Aspectos Legais

Durante o reportado ano, nos termos dos Procedimentos Contabilísticos do Acordo de Operações Conjuntas, a CMH e o IFC contrataram a Deloitte and Touche, para prestar serviços de auditoria financeira às Contas Conjuntas do Consórcio, para o período de Julho de 2012 a Junho de 2016, com o objectivo de conciliar as receitas e despesas incorridas durante o referido período, conforme o reexpresso nos Contratos do Projecto. O Relatório Final foi emitido e entregue à CMH, IFC e enviado à SPT.

No dia 12 de Dezembro de 2017, foi celebrada a Emenda ao Acordo de Contas em vigor desde 20 de Maio de 2010, visando: (i) a abertura de contas em dólares e em meticais, no First National Bank Moçambique, bem como a inclusão do FNB Moçambique no Acordo de Contas como banco adicional da conta *on-shore*, (ii) o alargamento do período de Investimentos Permitidos de três (3) meses para seis (6) meses e (iii) o aumento da percentagem dos valores a serem investidos de 70% para 90% das Contas de Reserva de Serviço da Dívida e Reserva de Despesas de Investimentos. Foi igualmente emendada, a primeira da Emenda ao Acordo do Penhor das Contas Bancárias *On-shore*, por forma a se assegurar que as contas abertas no FNB sejam empenhadas a favor dos Financiadores.

### 3.1.1 Mudanças materiais na legislação

Relativamente à nova legislação, no dia 4 de Abril de 2018, a Assembleia da República aprovou a Lei número 3/2018 de 19 de Junho, que estabelece o quadro legal do Sector Empresarial do Estado e a mesma entrará em vigor em Janeiro de 2019. Está em curso a análise da proposta de Regulamento da referida Lei, através do qual será avaliado o seu impacto na CMH.

### 3.1.2 Litígios

Não há litígios a reportar durante este período.

## 3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o presente ano, houve uma variação no valor das acções, de 775 para 890 Meticais em Julho e Agosto de 2017, e de 890 para 1020 Meticais de Agosto de 2017 a Fevereiro de 2018. Este preço reduziu para 800 Meticais, de Fevereiro a 30 de Junho de 2018. Apesar da existência de pequenas variações crescentes e decrescentes no valor das acções, esta quotação continua a mostrar distorções da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), uma vez que não reflectem o aumento do valor da empresa.

A 30 de Junho de 2018, a CMH tinha 1244 Accionistas, composta por 1242 Accionistas da classe C, um Accionista da classe A (Accionista Estado) e um Accionista da Classe B (ENH).

---

### 3.3 Recursos Humanos

Em Junho de 2018 a CMH contava com um total de 24 empregados dos quais 84% eram quadros superiores e não houve contratação de empregados para o quadro de pessoal. Procedimentos internos estão a ser desencadeados de modo a nomear um/a Director/a para dirigir a Direcção de Gestão de Contratos.

Um dos membros do Conselho Fiscal da CMH foi indicado para servir o país como Embaixador de Moçambique junto à República de Cuba, pelo que foi substituído em Junho de 2018.

De modo a contribuir com seu papel contínuo de responsabilidade social e proporcionar experiência profissional a estudantes recém graduados e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país, a CMH continua a oferecer um programa de estágio pré-profissional.

A CMH continua a priorizar a formação profissional dos seus empregados. O valor total investido para a formação no período em observação foi de USD 330.000,00. Durante o referido período, tanto quadros júniores como séniores beneficiaram-se de programas de formação com especial enfoque às áreas de contabilidade e finanças, de contratos, de engenharia de reservatórios e operações petrolíferas, tais como *Forum CEO Africa, the 27th World Gas Conference, Exploration & Production Accounting, World Fiscal Systems for Oil e Gas and Gas Reservoir Management*.

De modo a estar a par das actividades da Central de Processamento de Pande e Temane, uma equipe da CMH, composta por um técnico administrativo e um economista, participou na contagem física semestral e anual, em Dezembro e Maio últimos, dos equipamentos e materiais existentes na planta da CPF.

Como parte do acordo e no cumprimento da Lei do Petróleo, um engenheiro de produção participou nas actividades de *Daniel Metering Upgrade*.

De modo a responder às mudanças que vêm tendo lugar na CMH, os seguintes documentos foram reexpressos e aprovados:

- A política e o regulamento de formação.
- O manual de procedimentos administrativos, financeiros e comerciais.
- A folha de avaliação de desempenho do trabalhador.

Está no processo de revisão o regulamento interno e qualificador das ocupações, carreiras profissionais e funções da CMH.

### 3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

Durante o exercício de 2018, a CMH continuou a contribuir de forma individual para o desenvolvimento sustentável de Moçambique através das suas acções de responsabilidade social em várias províncias do país nas áreas de educação, desenvolvimento comunitário, água, saúde, desporto e cultura.

No âmbito da sua política de responsabilidade social, durante o ano findo a 30 de Junho de 2018, foi investido um total de USD 353 538 para a implementação dos seguintes projectos:

- **Reabilitação do Centro Aberto de Atendimento à Criança e Escola Kanimambo**

Ao longo do ano, a CMH patrocinou a reabilitação de um Centro de atendimento à criança e escola denominada Kanimambo que se localiza numa área periférica da cidade de Maputo. A reabilitação é a primeira a ocorrer desde a construção do Centro em 1993 e consistiu na pintura interior e exterior do edifício, substituição da instalação eléctrica, casas de banho, cozinha, sala de jantar, salas de aula e gabinetes, com o objectivo proporcionar um local mais seguro e apropriado para cerca de 395 crianças vulneráveis apoiadas pelo Centro.

- **Reparação e Manutenção de 3 máquinas endoscópicas do Hospital Central de Maputo**

Na sequência de um pedido para reduzir o tempo de espera para pacientes com necessidade de cuidados imediatos, a CMH prestou apoio ao Departamento Gastro do Hospital Central de Maputo, financiando a manutenção e reparação de três máquinas endoscópicas para melhorar os serviços prestados pelo maior hospital público do país.

- **Aquisição de viatura fúnebre para a comunidade de Mocímboa da Praia**

Durante o semestre, a pedido da Associação UMODJA, foi financiada a aquisição de uma viatura fúnebre para a comunidade da vila de Mocímboa da Praia localizada na Província de Cabo Delgado, visando aliviar o sofrimento da população que é obrigada a recorrer a meios impróprios para transportar os corpos durante os funerais devido a ausência de viaturas adequadas naquela comunidade.

- **Construção de dois furos de água nas localidades de Mangundze e Matsinhane na Província de Gaza**

No período, foram inaugurados dois furos de água financiados pela CMH nas localidades de Mangundze e Matsinhane na Província de Gaza com vista a aliviar o sofrimento da população que tinha de percorrer longas distâncias para alcançar fontes de água próximas. Este projecto beneficiou cerca de 5 000 pessoas, em particular aos estudantes da Escola Primária de Mangundze que se localiza a poucos metros de um dos furos. Para garantir a manutenção dos furos, foram criados e capacitados comités comunitários de gestão de água.

- **Realização de palestra na Universidade Eduardo Mondlane alusiva à comemoração dos 17 anos da CMH**

Por ocasião dos 17 anos da CMH, foi ministrada uma palestra sobre a "Cadeia de valor do gás natural e os processos produtivos de Pande e Temane" aos estudantes do curso de mestrado em Engenharia de Petróleo da Universidade Eduardo Mondlane, a maior universidade pública do País. A palestra, contou com a participação de cerca de 100 estudantes.

- **Acções de solidariedade**

A CMH apoiou a realização do almoço de natal solidário promovido pela Associação Nós Por Exemplo através da doação de diversos produtos alimentares, material escolar, capulanas e uniformes, beneficiando cerca de 50 crianças e mulheres desfavorecidas do bairro da Malhangalene na Cidade de Maputo. Apoiou igualmente, a realização do almoço do natal do doente do Hospital Psiquiátrico do Infulene, proporcionando deste modo um

natal condigno aos pacientes residentes do Hospital, que são na sua maioria provenientes de famílias necessitadas ou mesmo abandonados.

Como parte das acções de solidariedade, a CMH também doou diversos equipamentos de escritório resultantes de abate ao Hospital Psiquiátrico Infulene e ao Centro para Órfãos e Crianças Vulneráveis da Associação Khanimambo.

- **Apoio à cultura moçambicana e ao desporto**

Durante o ano, a CMH patrocinou vários trabalhos artísticos, incluindo: um livro sobre a história dos casamentos colectivos em Maputo, a edição de 2017 do Ngoma Moçambique e a produção de uma série de televisão intitulada "Moçambique da Guerra e da Paz".

Na área dos desportos, ao longo dos 12 meses, a CMH patrocinou igualmente a selecção nacional masculina de basquetebol durante o torneio de qualificação para a Campeonato do Mundo, que teve lugar em Fevereiro de 2018 em Maputo.

### 3.5 Empresa holding e participadas

A CMH é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais. Estas últimas acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique.

### 3.6 Assembleia Geral

No dia 29 de Setembro de 2017, foi realizada uma Assembleia Geral Ordinária, onde foram aprovados o Relatório e Contas e para o ano findo em 30 de Junho de 2017, bem como a distribuição de 70% de dividendos. Na mesma reunião, foram reeleitos os membros dos órgãos sociais para: (i) Mesa da Assembleia Geral, (ii) Conselho Fiscal e (iii) Conselho de Administração.

Considerando que durante o presente ano, a CMH reembolsou na totalidade os primeiros

empréstimos, tendo cumprido integralmente com os Contratos de Financiamento, bem como observado os rácios financeiros, ao abrigo dos referidos Contratos, a Assembleia Geral deliberou submeter aos Financiadores, o pedido de não-objecção ao pagamento de dividendos declarados para os Anos Financeiros 2006 e 2007, a favor dos accionistas Estado e ENH, bem como o reembolso de USD 4 000 000 a ENH de um empréstimo adicional que havia contraído ao DBSA. O referido pedido foi enviado à AFD e ao DBSA, que consentiram com o seu pagamento em Dezembro de 2017.

Durante o presente ano, estava marcado, para o dia 27 de Fevereiro de 2018, uma Assembleia Geral Extraordinária que não se realizou devido à falta de quórum necessário para que os accionistas deliberassem validamente. Assim, a mesma foi remarcada para o dia 9 de Abril de 2018, na qual os accionistas aprovaram por unanimidade a homologação do Contrato de Auditoria com a KPMG, para auditar as Contas da CMH e do Fundo de Pensões, para os Anos Financeiros 2018 e 2019.

### **3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de IFRS**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), emitidas e em vigor em 30 de Junho de 2018.

## **3.8 Gestão da dívida**

### **3.8.1 Serviço da dívida**

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2018, a CMH cumpriu as obrigações relacionadas com o serviço da dívida dos primeiros e segundos contratos de empréstimos. Um montante total de USD 10 412 551 foi pago como serviço da dívida durante este ano, sendo USD 9 125 310 relativos a amortização do capital e USD 1 287 241 relativos a juros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

|                         | 15-Dez-17      |                  | 15-Jun-18      |                  | Total AF 18      |                  | Saldo da dívida   |
|-------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
|                         | Juros          | Capital          | Juros          | Capital          | Juros            | Capital          |                   |
| <b>DBSA TRANCHE B</b>   | 354 853        | 2 261 860        | 297 488        | 2 261 860        | 652 341          | 4 523 720        | 6 785 576         |
| <b>AFD EMPRÉSTIMO B</b> | 353 581        | 2 300 795        | 281 319        | 2 300 795        | 634 900          | 4 601 590        | 6 902 389         |
| <b>TOTAL</b>            | <b>708 434</b> | <b>4 562 655</b> | <b>578 807</b> | <b>4 562 655</b> | <b>1 287 241</b> | <b>9 125 310</b> | <b>13 687 965</b> |

O saldo actual da dívida da CMH é de USD 13 687 965.

### 3.8.2 Rácios Financeiros

O acordo assinado com a AFD e DBSA em 20 de Maio 2010 permite a CMH pagar dividendos não excedendo 50% do lucro líquido, após o período de disponibilidade. O pagamento dos mesmos está sujeito a determinados rácios financeiros calculados numa base semestral, nomeadamente:

| Ratios   | 30 de Junho de 2017 | 31 de Dezembro de 2017 | 30 de Junho de 2018 | Dividends Level (AAP) <sup>a</sup> | Default Level (AAP) |
|--|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------------------|---------------------|
| Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida | 1.88                | 2.00                   | 1.89                | 1.5                                | 1.35                |
| Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida    | 2.72                | 4.59                   | 4.44                | 1.5                                | 1.35                |
| Rácio de Cobertura do Empréstimo                           | 2.82                | 3.38                   | 2.60                | 2.0                                | 1.60                |
| Rácio Dívida / Capital                                     | 9:91                | 7:93                   | 4:96                | N/A <sup>b</sup>                   | 70:30               |

a. AAP – Após o período de disponibilidade

b. Não Aplicável

## 3.9 Investimento de curto prazo (Investimentos Permitidos)

### 3.9.1 Contas no estrangeiro (Off-Shore)

De acordo com os contratos de financiamento, os financiadores (AFD e DBSA) autorizaram a CMH a investir até 90% do saldo nas contas *offshore* (conta de Reserva do Serviço da Dívida, conta de Reserva de despesas de Investimento e conta de Receitas) em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul Lda.

Durante este exercício, um montante médio de USD 96 000 000 foi investido trimestralmente a uma taxa de juros média de 1,67% e o total de juros auferidos até a data foi de USD 1 680 000.

### 3.9.2 Contas no país (On-Shore)

De modo a obter juros razoáveis nas contas correntes (on-shore) a CMH convidou vários bancos Moçambicanos a apresentarem propostas de termos e condições para

remuneração dos depósitos correntes nessas contas.

A melhor proposta foi oferecida pelo Barclays Bank Moçambique, por um período de 12 meses. Desde 1 de Abril 2018, as seguintes taxas locais estão a ser aplicadas: 10% para conta em Meticais e 0,25% para conta em USD, sem obedecer qualquer condição de saldo mínimo.

### 3.10 Alteração de políticas contabilísticas

No ano financeiro de 2018 não houve alteração nas políticas contabilísticas.

### 3.11 Dividendos pagos e declarados

Tendo em conta os Estatutos da CMH, a Política de Distribuição de Dividendos e os compromissos com os Financiadores da CMH, a CMH pagou um total de USD 22 320 357 de dividendos, sendo que USD 6 980 000 foram pagos a 21 de Setembro de 2017 e USD 8 220 000 a 19 de Abril de 2018, ambos foram declarados no exercício de 2015. O remanescente USD 7 120 357 foram pagamentos em Dezembro de 2017, foram declarados no exercício de 2006 e 2007. Os referidos pagamentos foram feitos observando os rácios financeiros acordados nos Contratos de Empréstimo.

Um total de USD 115 198 177 corresponde a 79% dos dividendos declarados foram pagos até a data conforme a tabela a seguir:

USD

| Ano Financeiro | Data da Assembleia Geral | Dividendos Declarados    |                                 | Dividendos pagos    |                    |                           | Saldo declarado sujeita à aprovação dos financiadores para a distribuição |
|----------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------------|---------------------|--------------------|---------------------------|---|
|                |                          | Dividendos sobre o lucro | Total dos dividendos declarados | Data do pagamento   | Dividendos pagos   | Total de Dividendos pagos |   |
| AF06*          | 14/12/2007               | 49%                      | 6 427 076                       | -                   | -                  | -                         | -   |
| AF 07*         | 19/06/2008               | 50%                      | 2 911 101                       | -                   | -                  | -                         | -   |
| AF 08**        | 11/12/2008               | 25%                      | 5 253 297                       | -                   | -                  | -                         | -   |
| AF 09**        | 26/11/2009               | 25%                      | 4 427 978                       | 26 de Janeiro 2009  | 2 217 820          | 2 217 820                 | -   |
| AF 10**        | 11/11/2010               | 45%                      | 4 171 003                       | -                   | -                  | -                         | -   |
| AF 11**        | 29/11/2011               | 45%                      | 10 420 453                      | 19 de Agosto 2010   | 1 250 000          | 2 500 000                 | -   |
|                |                          |                          |                                 | 29/31 de Março 2011 | 1 250 000          |                           |   |
| FA12**         | 27/11/2012               | 50%                      | 14 340 592                      | 29 de Setembro 2011 | 1 250 000          | 2 500 000                 | -   |
|                |                          |                          |                                 | 4 de Abril 2012     | 1 250 000          |                           |   |
| AF13**         | 20/11/2013               | 50%                      | 14 701 320                      | 21 de Novembro 2012 | 2 500 000          | 10 470 000                | -   |
|                |                          |                          |                                 | 14 de Dezembro 2012 | 4 170 000          |                           |   |
|                |                          |                          |                                 | 12 de Abril 2013    | 3 800 000          |                           |   |
| AF14**         | 30/09/2014               | 75%                      | 28 385 507                      | 17 de Setembro 2013 | 3 290 000          | 11 950 000                |   |
|                |                          |                          |                                 | 17 de Dezembro 2013 | 4 060 000          |                           |   |
|                |                          |                          |                                 | 16 de Abril 2014    | 4 600 000          |                           |   |
| AF15**         | 29/09/2015               | 50%                      | 26 459 793                      | 23 de Setembro 2014 | 7 205 584          | 30 000 000                | 2 299 942   |
|                |                          |                          |                                 | 16 de Abril 2015    | 22 794 416         |                           |   |
| AF16**         | 29/09/2016               | 50%                      | 12 120 939                      | 17 de Setembro 2015 | 14 930 000         | 21 430 000                | 12 120 939  |
|                |                          |                          |                                 | 14 de Abril 2016    | 6 500 000          |                           |   |
| AF17**         | 29/09/2017               | 70%                      | 15 842 415                      | 22 de Setembro 2016 | 3 460 000          | 11 810 000                | 15 842 415  |
|                |                          |                          |                                 | 13 de Abril 2017    | 8 350 000          |                           |   |
| AF18**         |                          |                          |                                 | 21 de Setembro 2017 | 6 980 000          | 22 320 357                |   |
|                |                          |                          |                                 | 11 de Dezembro 2017 | 4 209 256          |                           |   |
|                |                          |                          |                                 | 11 de Dezembro 2017 | 2 911 101          |                           |   |
|                |                          |                          |                                 | 19 de Abril 2018    | 8 220 000          |                           |   |
| <b>Total</b>   |                          |                          | <b>145 461 473</b>              |                     | <b>115 198 177</b> | <b>115 198 177</b>        | <b>30 263 296</b>   |

\* Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (80%) e o Estado Moçambicano (20%)  
 \*\* Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (70%), e o Estado Moçambicano (20%) e o Sector Privado (10%)

#### 4. Eventos subsequentes

Relativamente às facturas em atraso, em Julho de 2018, foram enviadas para todos os compradores locais (CTRG, MGC, ENH-KOGAS e ENH) cartas sobre os juros acumulados, oferecendo a dispensa mediante pedido dos mesmos, bem como dando a conhecer que serão emitidos notificações de juros a partir de 1 de Julho de 2018, bem como os detalhes dos extractos das contas a 30 de Julho de 2018. Todos os compradores locais solicitaram as Vendedoras a dispensa do pagamento de juros até 30 de Junho de 2018. No âmbito do consórcio, o valor total em dívida e o juros acumulados, a 30 de Junho de 2018, é de USD 19 300 000 (sendo o valor da CMH USD 4 800 000).

#### IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2018 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Adicionando, os administradores são igualmente responsáveis pela preparação do relatório e contas.

Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materialmente relevantes, quer devidas por fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz, bem como a conformidade com as leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

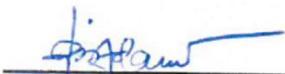
Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor são responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de Setembro de 2018 e foram assinadas em seu nome por:

Maputo, 13 de Setembro de 2018



Jahir Adamo

Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores e Consultores, SA  
Edifício HOLLARD  
Rua 1.233, Nº 72 C  
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200  
Telefax: +258 (21) 313 358  
Caixa Postal, 2451  
Email: [mz-fminformation@kpmg.com](mailto:mz-fminformation@kpmg.com)  
Web: [www.kpmg.co.mz](http://www.kpmg.co.mz)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

*Para os Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA*

### *Opinião*

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, (“a Empresa”) constantes das páginas 51 a 97, que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2018, e as demonstrações de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, em 30 de Junho de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

### *Base de Opinião*

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades sob essas normas são descritas na secção de *Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA)* e outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

### *Outra Matéria - Valores Comparativos*

As demonstrações financeiras da Empresa respeitantes ao exercício findo em 30 de Junho de 2017 foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião não qualificada sobre essas demonstrações em 19 de Setembro de 2017.

### *Matérias Relevantes de Auditoria*

As matérias relevantes de auditoria são aquelas que, no nosso julgamento profissional, foram as mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Estas matérias foram tratadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formulação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

## **Imparidade de activos de exploração e avaliação e facilidade central de processamento**

Consulte as Notas 3.5, 3.8 e 11 das demonstrações financeiras.

### **Matéria Relevante de Auditoria**

Os activos de exploração e avaliação da Empresa e a facilidade central de processamento constituem uma parcela significativa do saldo de propriedade, instalações e equipamento. É necessário que seja avaliado para indicadores de imparidade numa base anual e devido à natureza da classe do activo, isso envolve uma quantidade significativa de julgamento. A avaliação do valor recuperável foi considerada uma matéria relevante de auditoria na auditoria das demonstrações financeiras devido à incerteza inerente, julgamentos significativos, pressupostos e estimativas aplicadas que incluem estimativas de reservas minerais remanescentes.

### *Como foi abordada a matéria na nossa auditoria?*

Os nossos procedimentos de auditoria incluem:

- avaliamos a análise da gestão dos possíveis indicadores de imparidade internos e externos através de inquéritos com a gestão e ao operador da operação conjunta, revisão de actas de vários comités da operação conjunta e do conselho de administração da empresa, verificações de activos físicos e análise do impacto de vários fundamentos económicos nas operações da empresa que incluem preços de petróleo e gás no mercado internacional e taxas de juro;
- avaliamos o desenho, a implementação e a eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que as suas avaliações de imparidade fossem adequadamente realizadas e revistas;
- solicitamos o auxílio de especialistas internos e externos da gestão para que fosse possível avaliar as reservas minerais remanescentes e avaliamos a sua competência profissional, objectividade, capacidade e adequação do trabalho realizado desafiando o seu trabalho e considerando a extensão da influência da gestão sobre os mesmos;
- avaliamos os orçamentos da Empresa em conformidade com as reservas evidenciadas como remanescentes e comparamos os orçamentos anteriores da Empresa relativamente ao desempenho real nos períodos correntes para que fosse possível avaliar a adequação dos "inputs" e a precisão do processo de orçamento;
- consideramos a estimativa de vida útil feita pela gestão em função das estimativas de reservas evidenciadas como remanescentes, conforme determinado por especialistas em estimativas de reservas minerais, capacidade de produção anual e licença de operação aprovada da empresa.

Comparamos igualmente as divulgações da Empresa com relação às avaliações de imparidade nas demonstrações financeiras em relação aos requisitos das normas contabilísticas relevantes.

## **Provisão de abandono e custo de reabilitação**

Por favor, consulte as Notas 3.7, 4 e 19 das demonstrações financeiras.

### **Matéria Relevante de Auditoria**

A Empresa é obrigada a reabilitar o local de exploração no final da duração do projecto, conforme o Acordo de Produção de Petróleo. A disposição diz respeito aos custos de encerramento e reabilitação.

O cálculo dessas provisões exige julgamento da gestão na estimativa de custos futuros, tendo em conta a natureza exclusiva de cada local e as possíveis obrigações associadas. Esses cálculos exigem igualmente que a gestão determine uma taxa apropriada para descontar os custos futuros relativamente ao seu valor líquido actual.

A restauração e reabilitação de cada local é relativamente única e tem havido actividade limitada de restauração e reabilitação para comparar as estimativas de custos futuros, e mudanças nas leis e regulamentos locais e a abordagem esperada pela gestão para restauração e reabilitação poderia ter um impacto significativo no valor da provisão reconhecida.

*Como foi abordada a matéria na nossa auditoria?*

Os nossos procedimentos de auditoria incluem:

- avaliamos as obrigações legais e/ou construtivas em relação à restauração e reabilitação através da revisão do Acordo de Produção de Petróleo e da compreensão da lei que rege a exploração de recursos minerais;
- solicitamos o auxílio de especialistas internos e externos da gestão para que fosse possível avaliar a provisão de abandono e custo de reabilitação e avaliamos a sua competência profissional, objectividade, capacidades e adequação do trabalho realizado desafiando o trabalho e os pressupostos aplicados, considerando a extensão da influência da gestão sobre os mesmos e avaliando as suas qualificações e experiência profissional.;
- avaliamos a precisão dos cálculos e a adequação da taxa de desconto aplicada comparando a taxa de desconto relativamente a dados de terceiros e normas do sector.
- Consideramos igualmente a adequação das divulgações da Empresa relacionadas com a provisão de abandono e custo de reabilitação nas demonstrações financeiras de acordo com as normas de relato financeiro aplicáveis.

### **Outra Informação**

Os administradores são responsáveis por outra informação. A outra informação compreende toda a informação nas Demonstrações Financeiras Anuais. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre o mesmo.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou caso contrário presente distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos na outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

#### *Responsabilidade dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras*

Os administradores são responsáveis pela preparação e correcta apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pelos controlos internos que os administradores determinarem como necessários para permitir que a preparação das demonstrações financeiras esteja isenta de distorções materialmente relevantes, devidas a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando a base da contabilidade operacional, a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão proceder dessa maneira.

#### *Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria às Demonstrações Financeiras*

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre distorções materiais quando existem. As distorções materiais podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem as tomadas de decisões económicas dos utilizadores com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente :

- Identificar e avaliar os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a anulação do controlo interno.
- Obter uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores .



- Concluir sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados relacionados à nossa independência e, quando aplicável, às salvaguardas relacionadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas de fazê-lo seriam razoavelmente esperadas de superar os benefícios de interesse público de tal comunicação.

**KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014**

Representada por:

**Hem Chandra Joshi, 57/CA/OCAM/2014**

**Sócio**

**14 de Setembro de 2018**

## VI DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

| (Valor em USD)  |      | 2018              | 2017              |
|---|------|-------------------|-------------------|
|   | Nota |                   | Reexpresso        |
| Rédito  | 6    | 81 466 600        | 70 625 756        |
| Outras receitas   |      | 71                | 61                |
| Custos operacionais   | 7    | (39 717 396)      | (38 033 059)      |
|   |      | 41 749 275        | 32 592 758        |
| Resultados financeiros líquidos                                     | 8    | (978 249)         | (911 732)         |
| Rendimento financeiro   |      | 2 531 326         | 4 072 234         |
| Custos financeiros  |      | (3 509 575)       | (4 983 966)       |
| <b>Lucro antes do imposto</b>                                       |      | 40 771 026        | 31 681 026        |
| Imposto sobre o rendimento  | 9    | (10 789 659)      | (11 061 313)      |
| <b>Lucro</b>  |      | <b>29 981 367</b> | <b>20 619 713</b> |
| <b>Outro rendimento integral</b>                                    |      |                   |                   |
| <i>Itens que não serão reclassificadas para lucros ou prejuízos</i> |      |                   |                   |
| Reavaliação do passivo de benefício definido líquido                | 23   | 291 750           | 665 940           |
| <b>Total de outro rendimento integral</b>                           |      | <b>30 273 117</b> | <b>21 285 653</b> |
| <b>Ganhos por acção</b>   |      |                   |                   |
| Ganhos por acção básicos  | 10   | 5.05              | 3.47              |
| Ganhos por acção diluídos   | 10   | 5.05              | 3.47              |

## VII DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

| (Valor em USD)                            | Nota | 2018               | 2017<br>Reexpresso |
|---|------|--------------------|--------------------|
| <b>ACTIVO</b>                             |      |                    |                    |
| <b>Activos não – correntes</b>            |      |                    |                    |
| Propriedade, instalações e equipamento    | 11   | 207 235 844        | 219 503 188        |
| Activos intangíveis                       | 12   | 7 142 034          | 7 788 824          |
| <b>Activos não – correntes</b>            |      | <b>214 377 878</b> | <b>227 292 012</b> |
| <b>Activos correntes</b>                  |      |                    |                    |
| Inventários                               | 13   | 977 297            | 909 743            |
| Clientes e outros devedores               | 14   | 11 195 521         | 17 649 440         |
| Caixa e equivalentes de caixa             | 15   | 150 996 055        | 147 291 955        |
| <b>Activos correntes</b>                  |      | <b>163 168 873</b> | <b>165 851 138</b> |
| <b>Total do activo</b>                    |      | <b>377 546 751</b> | <b>393 143 150</b> |
| <b>Capital próprio</b>                    |      |                    |                    |
| Capital social                            | 16   | 25 286 649         | 25 286 649         |
| Capital suplementar                       | 17.1 | -                  | 4 000 000          |
| Reservas legais                           | 17.2 | 5 057 330          | 5 057 330          |
| Reservas de investimento                  | 17.3 | 14 296 822         | 14 296 822         |
| Resultados acumulados                     |      | 182 789 119        | 174 836 359        |
| <b>Total de capital próprio</b>           |      | <b>227 429 920</b> | <b>223 477 160</b> |
| <b>PASSIVO</b>                            |      |                    |                    |
| <b>Passivos não – correntes</b>           |      |                    |                    |
| Empréstimos obtidos                       | 18   | 4 562 655          | 13 687 965         |
| Provisões                                 | 19   | 62 916 696         | 73 531 236         |
| Fornecedores e outros credores            | 20   | 50 518             | 28 085             |
| Benefícios dos empregados                 | 23   | 673 160            | 1 268 866          |
| Impostos diferidos                        | 9    | 60 825 437         | 63 073 476         |
| <b>Passivos não – correntes</b>           |      | <b>129 028 466</b> | <b>151 589 628</b> |
| <b>Passivos correntes</b>                 |      |                    |                    |
| Empréstimos obtidos                       | 18   | 9 125 310          | 9 125 310          |
| Provisões                                 | 19   | 1 745 588          | 1 224 127          |
| Fornecedores e outros credores            | 20   | 5 887 868          | 2 091 912          |
| Dívidas a pagar entre empresas do grupo   | 21   | 7 687              | 19 245             |
| Imposto sobre o rendimento                | 9    | 4 321 912          | 5 615 768          |
| <b>Passivos correntes</b>                 |      | <b>21 088 365</b>  | <b>18 076 362</b>  |
| <b>Total do passivo</b>                   |      | <b>150 116 831</b> | <b>169 665 990</b> |
| <b>Total de capital próprio e passivo</b> |      | <b>377 546 751</b> | <b>393 143 150</b> |

## VIII DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

| (em USD)                                      | Capital Social    | Capital Suplementar | Reservas Legais  | Reservas de Investimento | Lucros Acumulados  | Total de Capital   |
|---|-------------------|---------------------|------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Saldo em 1 de Julho de 2016</b>            | <b>25 286 649</b> | <b>4 000 000</b>    | <b>5 057 330</b> | <b>14 296 822</b>        | <b>165 360 706</b> | <b>214 001 507</b> |
| Lucro do exercício (Reexpresso)               | -                 | -                   | -                | -                        | 20 619 713         | 20 619 713         |
| Outro rendimento integral do ano (Reexpresso) | -                 | -                   | -                | -                        | 665 940            | 665 940            |
| Dividendos pagos                              | -                 | -                   | -                | -                        | (11 810 000)       | (11 810 000)       |
| <b>Saldo em 30 de Junho de 2017</b>           | <b>25 286 649</b> | <b>4 000 000</b>    | <b>5 057 330</b> | <b>14 296 822</b>        | <b>174 836 359</b> | <b>223 477 160</b> |
| <b>(Reexpresso)</b>                           |                   |                     |                  |                          |                    |                    |
| Lucro do exercício                            | -                 | -                   | -                | -                        | 29 981 367         | 29 981 367         |
| Outro rendimento integral do ano              | -                 | -                   | -                | -                        | 291 750            | 291 750            |
| Dividendos pagos                              | -                 | -                   | -                | -                        | (22 320 357)       | (22 320 357)       |
| Capital suplementar                           | -                 | (4 000 000)         | -                | -                        | -                  | (4 000 000)        |
| <b>Saldo em 30 de Junho de 2018</b>           | <b>25 286 649</b> | <b>-</b>            | <b>5 057 330</b> | <b>14 296 822</b>        | <b>182 789 119</b> | <b>227 429 920</b> |

## IX DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| (em USD)  |      | 2018               | 2017               |
|---|------|--------------------|--------------------|
|   | Nota |                    | Reexpresso         |
| <b>Fluxo de caixa de actividades operacionais</b>               |      |                    |                    |
| Lucro líquido   |      | 29 981 367         | 20 619 713         |
| Ajustamento para:   |      |                    |                    |
| Depreciação e amortização                                       | 7    | 21 915 295         | 21 895 746         |
| Perdas cambiais não realizadas                                  |      | 914                | (3 435 557)        |
| Ganho de venda de activos                                       | 11   | -                  | (179 343)          |
| Receitas de juros   | 8    | (2 244 797)        | (1 089 323)        |
| Despesas de juros   | 8    | 3 105 508          | 4 884 043          |
| Imposto sobre o rendimento                                      | 9    | 10 789 659         | 11 061 313         |
|   |      | 63 547 946         | 53 756 592         |
| <b>Variação em:</b>   |      |                    |                    |
| Dívidas entre empresas do grupo                                 |      | (11 558)           | 7 688              |
| Clientes e outros devedores                                     |      | 6 453 919          | 9 467 235          |
| Inventários   |      | (67 554)           | 321 242            |
| Benefícios dos empregados                                       |      | (303 956)          | -                  |
| Fornecedores e outros credores                                  |      | 3 781 854          | (2 134 447)        |
| Caixa gerado de actividades operacionais                        |      | 73 400 651         | 65 687 204         |
| Imposto pago  | 9    | (14 331 554)       | (5 021 924)        |
| Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais             |      | 59 069 097         | 60 709 128         |
| <b>Fluxo de caixa de actividades de investimento</b>            |      |                    |                    |
| Aquisição de activos tangíveis e intangíveis                    | 11   | (20 936 688)       | (22 939 841)       |
| Receitas de alienação de activos tangíveis                      |      | -                  | 179 342            |
| Fluxo líquido de caixa utilizado em actividades de investimento |      | (20 936 688)       | (22 760 499)       |
| <b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>           |      |                    |                    |
| Reembolso de empréstimos  | 18   | (9 125 310)        | (13 239 866)       |
| Reembolso do capital suplementar                                |      | (4 000 000)        | -                  |
| Dividendos pagos  | 22   | (22 320 357)       | (11 810 000)       |
| Juros recebidos   |      | 2 244 797          | 1 031 841          |
| Juros pagos   |      | (1 263 061)        | (2 063 408)        |
| Fluxo líquido de actividades de financiamento                   |      | (34 463 931)       | (26 081 433)       |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa                |      | 3 668 478          | 11 867 196         |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do ano                  |      | 147 291 955        | 135 411 987        |
| Efeitos cambiais sobre o caixa                                  |      | 35 622             | 12 772             |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do ano</b>            | 15   | <b>150 996 055</b> | <b>147 291 955</b> |

## X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Entidade a Reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique a 26 de Outubro de 2000, controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa. A actividade operacional está relacionada com o desenvolvimento de operações petrolíferas como sua actividade principal.

A empresa foi indicada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), conduzir as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CPF). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo *Farm-Out* foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à International Finance Corporation (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Development Bank of Southern Africa (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH executar o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;

- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota de receitas e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentaram a capacidade de produção do CPF, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ano para 183MGJ/ano.

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.

## 2. Base de Preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As transacções e os saldos relativos à quota da empresa nas operações do consórcio baseiam-se no Resumo de Transacções e nas informações disponibilizadas pelo operador.

## 2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte Americanos, que constitui a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar mais próxima.

## 2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Um número de novas normas são efectivas para períodos anuais com início ou após 1 de Julho de 2018, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras: As normas que podem ser relevantes para a Empresa estão descritas abaixo. A Empresa não pretende adoptar essas normas antecipadamente. Estas serão adoptados no período em que se tornarem obrigatórias, salvo indicação em contrário.

### Efectivas para o exercício financeiro com início em 1 de Julho de 2018

- NIRF 15 *Rédito de Contratos com Clientes*
- NIRF 9 *Instrumentos Financeiros*
- IFRIC 22 *Transacções em Moeda Estrangeira e Critérios de Adiantamentos*

### Efectivas para o exercício financeiro com início em 1 de Julho de 2019

- NIRF 16 *Locações*
- IFRIC 23 *Incertezas sobre o Tratamento do Imposto sobre o Rendimento*
- *Opções de Pagamento com Compensação Negativa (Emenda à NIRF 9)*
- *Plano de Emenda, Corte ou Liquidação (Emenda à NIC 19)*

Todas as Normas e Interpretações serão adoptados na sua data efectiva, excepto as Normas e Interpretações que não são aplicáveis à entidade. Todas as normas relevantes e seu impacto esperado são descritos abaixo.

#### **NIRF 15 *Rédito de Contratos com Clientes***

Esta norma substitui a *NIC 11 Contratos de Construção*, *NIC 18 Rédito*, *IFRIC 13 Programa de Fidelização de Clientes*, *IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis*, *IFRIC 18 Transferência de Activos de Clientes* e *SIC-31 Receitas – Transacções de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade*.

A norma contém um modelo único que se aplica a contratos com clientes e duas abordagens para reconhecer o rédito: num ponto no tempo ou ao longo do tempo. O modelo compreende uma análise em cinco etapas com base no contrato de transacções para determinar se, quanto e quando o rédito é reconhecido.

Esta nova norma provavelmente terá um impacto significativo na empresa, o que pode incluir uma possível mudança no momento em que o rédito é reconhecido e o valor do rédito reconhecido. A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, e introduz mudanças importantes quanto aos critérios de reconhecimento do rédito, com adopção antecipada permitida.

#### **NIRF 9 Instrumentos Financeiros**

Em 24 de Julho 2014, o IASB emitiu a Norma final respeitante à NIRF 9 *Instrumentos Financeiros*, que substitui as versões anteriores da NIRF 9 e conclui o projecto do IASB para substituir a NIC 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

Esta norma não terá um impacto significativo sobre a Empresa, que incluem mudanças na base de mensuração de activos financeiros da Empresa para o custo amortizado, o justo valor através de outros resultados compreensivos ou justo valor através de lucros ou prejuízos. Mesmo que essas categorias de mensuração sejam semelhantes às NIC 39, os critérios de classificação para essas categorias são significativamente diferentes. Além disso, o modelo de imparidade da NIRF 9 foi alterado a partir de um modelo de "perda incorrida" da NIC 39 para um modelo de "perda esperada de crédito", que se espera que aumente a imparidade reconhecida na Empresa.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, e introduz mudanças importantes quanto aos critérios de reconhecimento do rédito, com adopção antecipada permitida.

#### **IFRIC 22 Transacções em Moeda Estrangeira e Critérios de Adiantamentos**

Quando o pagamento em moeda estrangeira for pago ou recebido antecipadamente sobre o item referente a que se refere - que pode ser um activo, um custo ou rendimento – a NIC 21 *Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio* não é clara sobre como determinar a data da transacção para conversão do item relacionado.

Isso resultou na diversidade na prática em relação à taxa de câmbio utilizada para converter o item relacionado. A IFRIC 22 esclarece que a data da transacção é a data em que a empresa reconhece inicialmente o pagamento antecipado ou o lucro diferido resultante do adiantamento.

Para transacções envolvendo múltiplos pagamentos ou recebimentos, cada pagamento ou recebimento dá origem a uma data de transacção separada.

A interpretação aplica-se para períodos de relato anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018 e não se espera que tenha impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

### **NIRF 16 *Locações***

A NIRF 16 foi publicada em Janeiro de 2016. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente ("locatário") e o fornecedor ("locador"). A NIRF 16 substitui a anterior norma de locações, NIC 17 *Locações* e Interpretações relacionadas. A NIRF 16 apresenta um modelo para locatários que resultará na inclusão de todas as locações na Demonstração da Posição Financeira. Não foram incluídas alterações significativas para os locadores. A NIRF 16 inclui igualmente novos requisitos de divulgação extensiva para locatários e locadores.

A empresa começou a avaliar o potencial impacto da NIRF 16 nas demonstrações financeiras, que se espera que não seja significativa.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida somente se a entidade adoptar a NIRF 15.

### **IFRIC 23 *Incertezas sobre o Tratamento do Imposto sobre o Rendimento***

A IFRIC 23 esclarece a contabilização do imposto sobre o rendimento que ainda não foi aceite pelas autoridades fiscais. Especificamente, a IFRIC 23 esclarece sobre como incorporar essa incerteza na mensuração do imposto conforme reportado nas demonstrações financeiras.

A IFRIC 23 não introduz quaisquer divulgações novas mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre os:

- Julgamentos feitos;
- pressupostos e outras estimativas utilizadas; e
- o potencial impacto de incertezas que não estão reflectidas.

A IFRIC 23 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida. Não se espera que tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa.

---

---

### **Plano de Emenda, Corte ou Liquidação (Emenda à NIC 19)**

As emendas do IASB à NIC 19 abordam a contabilização quando ocorrem emendas, corte ou liquidação de um plano durante um período de relato.

As emendas esclarecem o seguinte:

- no que respeita à emenda, corte ou liquidação de um plano de benefícios definidos, é agora obrigatório que as entidades utilizem os pressupostos actuariais actualizados para determinar o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período; e
- o efeito do limite do activo não é considerado ao calcular o ganho ou a perda em qualquer liquidação do plano e é tratado separadamente em outro rendimento integral.

As emendas devem ser aplicadas prospectivamente para o planeamento de emendas, cortes ou liquidações que ocorram em ou após 1 de Janeiro de 2019 e não se espera nenhum impacto significativo nos relatórios financeiros da empresa. A adopção antecipada é permitida.

## **3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas**

As políticas contabilísticas referente a 3.1 a 3.16 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **3.1. Actividades de empreendimento conjunto**

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de um Empreendimento conjunto não incorporado (*Joint Operation*), nos termos da qual o empreendimento conjunto não é registado como uma empresa separada, mas cada parte da JO, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos e rendimentos líquidos das operações.

### **3.2. Transacções em Moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio do final de ano. O ganho ou perda cambial é a diferença entre o custo na moeda funcional no início do ano, ajustado pela taxa efectiva de juro e pagamento durante o ano, e o custo em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio do final do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção.

As diferenças de câmbio resultantes da reconversão da moeda são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte de proveitos financeiras ou custos financeiros.

### 3.3. Instrumentos Financeiros

#### *Activos financeiros não-derivados*

A empresa reconhece inicialmente os empréstimos e contas a receber na data em que são originados. Todos os outros activos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção na qual a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expirarem ou quando forem transferidos os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro numa transacção em que todos os riscos e recompensas de propriedade do activo financeiro sejam, substancialmente, transferidos. Qualquer juro sobre os activos financeiros transferidos que seja criado ou retido pela Empresa é reconhecido como um activo ou passivo separado. Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a empresa tiver um direito legal de compensar os montantes e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, o passivo.

A entidade tem os seguintes activos financeiros não-derivados: empréstimos e contas a receber.

Empréstimos e devedores – Esses activos são reconhecidos inicialmente pelo justo valor mais todos os custos da transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e os devedores são mensurados ao custo amortizado, pelo método de juro efectivo menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e devedores incluem clientes, empresas do grupo e devedores (ver a nota 14).

Caixa e equivalentes de caixa compreendem as notas e moedas em numerário e os depósitos, com maturidades iniciais de seis meses ou inferiores.

### *Passivos financeiros não-derivados*

A Empresa reconhece inicialmente as garantias de dívida emitidas e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção em que a Empresa se torne parte das disposições do instrumento contratual. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são libertadas ou canceladas ou expiram. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não-derivados: empréstimos e credores os quais incluem credores entre empresas do grupo. Esses passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo seu justo valor mais todos os custos de transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são mensurados, usando-se o método da taxa de juro efectiva.

### *Capital Social*

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

## **3.4. Propriedade, instalações e equipamento**

### *Reconhecimento e mensuração*

Os itens de Propriedade, instalações e equipamento são mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por redução do valor recuperável.

O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauro do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de Propriedade, instalações e equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) dos activos fixos tangíveis.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de Propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação receitas de venda com quantia escriturada dos itens de activos fixos tangíveis e são reconhecidos em “outros proveitos e custos” na demonstração de resultados.

### *Custos subsequentes*

O custo de substituição de parte de um item de Propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte fluam para a Empresa e o custo possa ser medido com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária de propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

### *Depreciação*

Os activos não produtivos, as depreciações são registados em ganhos e perdas numa base de quotas constantes sobre as vidas úteis estimadas de cada item de Propriedade, instalações e equipamento. A terra e os investimentos em curso não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

|                       |             |
|-----------------------|-------------|
| -Veículos motorizados | 4 - 5 anos  |
| -Equipamento          | 4 – 10 anos |
| -Edifício             | 50 anos     |

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

### **3.5. Custos de Exploração, Avaliação e Desenvolvimento**

O método de esforço bem-sucedido é usado para contabilizar a exploração de gás e as actividades de avaliação.

Os custos geológicos e geofísicos relativos a furos exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de

petróleo e gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes:

(i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo. Quando o valor recuperável de pesquisa e avaliação for determinado a ser menor que o valor contabilístico, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida.

As actividades de desenvolvimento envolvem um plano ou desenho para a produção de produtos e processos novos ou substancialmente melhorados. A despesa de desenvolvimento é capitalizada somente se os custos de desenvolvimento puderem ser medidos de forma fiável, o produto ou o processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros sejam prováveis e a Empresa pretenda e tenha recursos suficientes para completar o desenvolvimento e usar ou vender o activo. A despesa capitalizada inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que sejam directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relativos ao desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outra despesa de desenvolvimento é reconhecida em lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

A despesa incorrida para perfurar e equipar furos em desenvolvimento em propriedades comprovadas é capitalizada como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento na data em que é comissionada.

A despesa de desenvolvimento capitalizada é medida ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

A depreciação dos activos de exploração e das despesas de desenvolvimento capitalizadas mais os custos de comissionamento é baseada no método de unidades de produção, numa base de campo-a-campo, calculada com utilização de uma estimativa das reservas comprovadas desenvolvidas de petróleo e gás. Estas reservas representam as reservas remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos Vendedores usado para cálculo retroactivo da depreciação no início de cada ano financeiro.

### 3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos dos bens fluam para a empresa, e os custos dos activos possam ser mensurados de forma fiável. Os activos intangíveis consistem apenas de direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de um Contrato de Produção de Petróleo assinado em Outubro de 2000, que expira em 2034 (ver a nota 1). Este activo intangível é amortizado segundo o método quotas constantes ao longo do período de vida útil remanescente.

#### *Despesas subsequentes*

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentarem os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico ao qual se relacionem. Todas as outras despesas, incluindo as despesas de “goodwill” e marcas, geradas internamente, são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, conforme incorridas.

### 3.7. Provisões

As provisões para restauro ambiental e qualquer acção judicial são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; é provável que uma perda de recursos seja necessária para pagar a obrigação; e o montante tenha sido estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local das instalações é reconhecida como e quando o passivo de carácter ambiental surge.

Onde um passivo de carácter ambiental e de fecho resultem de actividades de desenvolvimento mineiro, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação surgir de actividades de produção mineira, tal obrigação constitui gastos, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa revistos, a uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as taxas de mercado correntes e os riscos específicos da obrigação. As alterações das provisões que foram capitalizadas aquando do reconhecimento inicial no custo do activo relacionado são adicionadas ou deduzidas da quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de fluxo (*outflow*) ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo se a probabilidade de fluxo (*outflow*) respeitante a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações for pequena. As provisões são mensuradas ao valor

presente das despesas previstas como necessárias para o pagamento da obrigação, usando-se uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O acréscimo das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa de juro.

### 3.8. Imparidade dos Activos

#### Activos não financeiros

A quantia escriturada dos activos da entidade, com excepção dos inventários, é revista em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o seu montante recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de ativos identificáveis que gera fluxos de caixa que são amplamente independentes de outros ativos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

O montante recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes dos outros activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

#### Activos financeiros não-derivados

Um activo financeiro não classificado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, é avaliado à cada data de relato, para determinar se existe evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do activo e, que aquele evento (perda) teve impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados desse activo que pode ser estimado de forma fiável.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui incumprimento ou dificuldade de pagamento do devedor, reestruturação de um montante devido à Entidade em condições de que a Entidade de outra forma não consideraria, indicação de que o devedor ou emitente entrará em falência, mudanças adversas na situação de pagamento dos mutuários ou emitentes, condições económicas relacionadas com incumprimento ou desaparecimento de um mercado activo e seguro. Contudo, para um investimento de títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo é evidência objectiva de imparidade.

A entidade considera evidência de imparidade de activos financeiros mensurados pelo custo amortizado (empréstimos e contas a receber), quer para o activo específico e colectivo. Todos os activos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados quanto à sua imparidade específica. Aqueles activos que não se verificam com a imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade que tenha sido incorrida, mas ainda não identificada. Os activos que não são individualmente significativos são avaliados colectivamente pelo agrupamento de activos com características de risco semelhantes.

Na avaliação colectiva de imparidade, a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de incumprimento, de prazo de recuperação e montantes dos prejuízos incorridos, ajustados pelo julgamento da administração sobre se as condições económicas actuais e de crédito são de tal ordem prejuízos reais maiores ou menores do que as seguidas pelas tendências históricas.

Uma perda por imparidade em relação a um activo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. As perdas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos e reflectidas numa conta de provisão contra empréstimos e contas a receber. Os juros de activos em imparidade continuam a ser reconhecidos. Quando um evento ocorre depois de a imparidade ter sido reconhecida, a perda por imparidade é reduzida, a diminuição da perda de imparidade é revertida através de lucros ou prejuízos. A reversão não irá resultar em um valor contábil do ativo financeiro que exceda o que o custo amortizado teria sido se a imparidade não tivesse sido reconhecida na data em que o valor é revertido.

### 3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e impostos diferidos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos excepto que o imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto

legisladas ou substancialmente previstas à data do relatório, e todos os ajustamentos ao imposto a pagar respeitantes aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e dos montantes usados para efeitos de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os bens de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus bens e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

### 3.10. Benefícios dos Empregados

O custo dos benefícios a curto-prazo dos empregados, tais como salários, direito dos trabalhadores a férias pagas, bónus, assistência médica e outras contribuições, é reconhecido durante o período em que o empregado presta o serviço relacionado. A Empresa reconhece o custo do bónus revisto, somente quando tem uma obrigação presente, legal ou construtiva de efectuar esse pagamento e uma estimativa fiável possa ser feita.

#### Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições para o fundo do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), para o qual todas as

empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a contribuir, baseiam-se numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrerem.

### Plano de benefício definido

O fundo de benefício definido foi criado durante o último exercício financeiro. A obrigação líquida da empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos atual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um ativo potencial para a empresa, o ativo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente no OCI. A empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (ativo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (ativo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (ativo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a planos de benefícios definidos são reconhecidas no resultado.

As obrigações de curto prazo referentes aos benefícios a pagar aos trabalhadores são mensuradas numa base não descontada e são registadas como despesas quando o respectivo serviço é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar, a curto prazo ao abrigo de um plano de pagamento de bônus se a entidade tiver obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor por algum serviço que o trabalhador tenha prestado no passado, desde que essa obrigação possa ser estimada de forma fiável.

### 3.11. Inventários

Os inventários são mensuradas pelo menor valor do custo de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O custo inclui as despesas incorridas na aquisição de activos, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para conseguir coloca-los no mesmo local e condição.

O custo do gás natural líquido é determinado usando o método de avaliação *first-in-first-out* – FIFO enquanto o custo do processamento, manutenção e outros materiais é determinado usando o preço do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio menos o custo de despesas de conclusão e de vendas.

### 3.12. Reconhecimento do Rédito

O rédito das vendas de gás natural e de gás natural líquido - condensado, no decurso das actividades ordinárias, é mensurado ao justo valor do pagamento recebido ou a receber, líquido de “royalties” pagas ao governo, retornos, impostos indirectos, descontos comerciais e de quantidades concedido pela entidade. O retida é reconhecido quando existir evidência persuasiva, na forma de contrato de vendas de gás executado, de que os riscos significativos e os prémios de propriedade foram transferidos para o comprador, que a recuperação do pagamento seja provável, os custos associados e o retorno possível dos bens podem ser estimados de forma fiável, de que não há nenhum envolvimento continuado da direcção com os bens e que o montante do rédito possa ser mensurado de forma fiável. Na produção e venda de gás, a transferência de propriedade ocorre geralmente quando o gás é fisicamente transferido para o ponto de entrega na entrada do gasoduto e o condensado na unidade de carregamento no CPF.

O “royalty” a pagar é o imposto sobre o petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base do cálculo fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas como resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty (imposto) é cobrado em 5% do valor do gás natural e condensado produzido ou extraído e vendido, excluindo o custo de transporte, recolha e processamento.

### 3.13. Custos operacionais

Os custos operacionais incluem despesas com o pessoal, depreciação, amortização, bens e serviços. Os custos operacionais são registrados no período em que esses custos estão relacionados. Estes custos referem-se às actividades operacionais da CMH.

### 3.14. Dividendos

Com base nos contratos de empréstimos da empresa, a CMH só poderá distribuir dividendos ou fazer qualquer distribuição se:

- (i) Nenhum evento de incumprimento ou evento potencial de incumprimento tiver ocorrido e esteja continuado;
- (ii) A distribuição total não excede a 50% do lucro líquido da CMH, sujeito a disponibilidade de caixa.

Os seguintes rácios de distribuição tenham sido alcançados:

- (II.1) O RPACSD<sup>1</sup> não seja inferior a 1.5: 1;
- (II.2) O RHACSD<sup>2</sup> não seja inferior a 1.5: 1;
- (ii.3) O RCE<sup>3</sup> não inferior a 2: 1.

A CMH distribui dividendos mediante uma informação escrita aos Financiadores. Assim, a empresa considera que os dividendos aprovados pelo Conselho de Administração e pagos serão deduzidos dos lucros acumulados.

### 3.15. Rendimentos Financeiros e custos financeiros

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como receitas financeiras ou despesas financeiras.

### 3.16. Ganhos por acção

A Companhia apresenta ganhos por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O ganho por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O ganho por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.

<sup>1</sup> Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

<sup>2</sup> Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

<sup>3</sup> Rácio de Cobertura do Empréstimo

#### 4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer que a equipa de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revisto numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados. Em particular, informações sobre julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 9 – Imposto sobre o rendimento: Reconhecimento do imposto diferido

Nota 11 – Reconhecimento e Mensuração de Propriedade, instalações e equipamento.

Nota 19 – Provisão para custo de encerramento e reabilitação ambiental.

Nota 23 – Benefício dos empregados

#### Mensuração do justo valor

Um número de políticas contabilísticas e divulgações da Entidade requer a mensuração do justo valor, para activos e passivos financeiros e não financeiros.

A Entidade estabeleceu uma estrutura de controlo respeitante a mensuração do justo valor. A Entidade revê regularmente dados não observáveis significativos e ajustamentos de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de correctoras ou serviços de fixação de preços, é usada para mensurar o justo valor, em seguida, a equipa de avaliação avalia a evidência obtida a partir de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumpram com os requisitos da NIRF, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que essas avaliações devem ser classificados.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos insumos utilizados nas técnicas de avaliação, como segue.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados

observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam classificados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é classificados na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração.

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante os anos financeiros 2018 e 2017, não houve alterações nas políticas contabilísticas, no entanto, houve correção nos números comparativos do erro do exercício anterior na obrigação de benefício definido (consulte a nota 28, erro do exercício anterior). Além disso, houve uma mudança na estimativa para o custo de restauração e reabilitação do local pelo qual a estimativa de custo para fechar o poço de Pande 4 foi reduzida em USD 11 935 526 (consulte a nota 11).

## 6. Rédito

|                           | 2018<br>USD | 2017<br>USD |
|---------------------------|-------------|-------------|
| <b>Vendas de produtos</b> |             |             |
| Gás Natural               | 79 059 773  | 69 204 488  |
| Condensado                | 2 406 827   | 1 421 268   |
|                           | 81 466 600  | 70 625 756  |

## 7. Custos operacionais

|                                | Nota    | 2018<br>USD | 2017<br>USD<br>Reexpresso |
|--------------------------------|---------|-------------|---------------------------|
| <b>Custos com o pessoal</b>    |         | 4 748 151   | 6 244 698                 |
| Remuneração dos empregados     |         | 3 206 418   | 2 940 239                 |
| Remuneração dos órgãos sociais |         | 785 162     | 527 120                   |
| Segurança Social               |         | 75 251      | 58 564                    |
| Formação                       |         | 310 257     | 224 509                   |
| Segurança social complementar  |         | 333 264     | 2 355 392                 |
| Outros custos operacionais     |         | 37 799      | 138 874                   |
| Amortização e depreciação      | 11 & 12 | 21 915 295  | 21 895 746                |
| Outros custos operacionais     | 7.1     | 13 053 950  | 9 892 615                 |
|                                |         | 39 717 396  | 38 033 059                |

O número médio de trabalhadores durante este ano financeiro foi de 24 (2017: 25).

## 7.1 Outros custos operacionais

|   | 2018<br>USD       | 2017<br>USD      |
|---|-------------------|------------------|
| <b>Partilha de Custos Operacionais do JO</b>  | 12 070 075        | 7 195 307        |
| Salários e custos relacionados                | 1 775 466         | 1 384 632        |
| Contribuições para o INSS                     | 53 264            | 39 242           |
| Custos operacionais do JO                     | 10 241 345        | 5 771 433        |
| <b>Outras despesas administrativas da CMH</b> | 983 875           | 2 697 307        |
| Serviços de Auditoria                         | 67 396            | 70 453           |
| Serviços de Consultoria                       | 108 362           | 928 061          |
| Programa de responsabilidade social           | 353 538           | 619 830          |
| Outros fornecimentos e serviços               | 454 579           | 1 078 964        |
|   | <b>13 053 950</b> | <b>9 892 615</b> |

## 8. Resultados Financeiros Líquidos

|  | Nota | 2018<br>USD      | 2017<br>USD      |
|--|------|------------------|------------------|
| <b>Rendimentos financeiros</b>         |      | 2 531 326        | 4 072 234        |
| Juros                                  |      | 2 244 797        | 1 089 323        |
| Ganhos cambiais                        |      | 286 529          | 2 982 910        |
| <b>Custos financeiros</b>              |      | (3 509 575)      | (4 983 966)      |
| Juros sobre empréstimos                |      | (1 263 061)      | (1 889 388)      |
| Juros sobre provisões ambientais       | 19   | (1 842 447)      | (1 758 816)      |
| Prejuízos cambiais                     |      | (383 627)        | (1 305 075)      |
| Despesas bancárias                     |      | (20 440)         | (30 687)         |
| <b>Resultados financeiros líquidos</b> |      | <b>(978 249)</b> | <b>(911 732)</b> |

Rendimento de juros de depósitos a taxa fixa (Investimentos Permitidos) - os Mutuários (AFD e DBSA) concederam a autorização à CMH para investir 90% dos saldos de crédito das Contas *Off-shore* (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva para despesas de investimento e a Conta de Receitas) para depósitos a taxa fixa, para o período compreendendo 03 de Julho de 2017 a 14 de Junho de 2018, a uma taxa de juro média de 1,67%.

## 9. Imposto Sobre o Rendimento

|  | 2018<br>USD                       |   | 2017<br>USD                       |
|--|-----------------------------------|---|-----------------------------------|
| <b>9.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos</b> |                                   |   |                                   |
| <b>Imposto corrente</b>                                |                                   |   |                                   |
| Ano em curso   | 13 037 698                        |   | 10 637 692                        |
| <b>Imposto diferido</b>                                |                                   |   |                                   |
| Origem e reversão de diferenças temporárias            | (2 248 039)                       |   | 423 621                           |
|  | 10 789 659                        |   | 11 061 313                        |
| <b>9.2 Reconciliação da taxa efectiva</b>              |                                   |   |                                   |
| Lucros antes do imposto                                | 40 771 026                        |   | 31 681 026                        |
| Imposto usado de acordo com a taxa da empresa          | 32% 13 046 728                    | 32%                                     | 10 137 928                        |
| Despesas não dedutíveis                                | -6% (2 257 069)                   | 3%                                      | 923 385                           |
|  | 26% 10 789 659                    | 35%                                     | 11 061 313                        |
| <b>9.3 Movimento dos saldos de impostos diferidos</b>  |                                   |   |                                   |
| 2018   | Saldo líquido<br>30 de Junho 2018 | Reconhecido<br>em lucros e<br>prejuízos | Saldo líquido<br>30 de Junho 2017 |
| Propriedade, instalações e equipamento                 | 58 540 423                        | (1 686 007)                             | 60 226 430                        |
| Activos intangíveis                                    | 2 284 722                         | (207 702)                               | 2 492 424                         |
| Ganhos (Perdas) cambiais não realizados                | 292                               | (354 330)                               | 354 622                           |
|  | 60 825 437                        | (2 248 039)                             | 63 073 476                        |
| 2017   | Saldo líquido<br>30 de Junho 2017 | Reconhecido<br>em lucros e<br>prejuízos | Saldo líquido<br>30 de Junho 2016 |
| Propriedade, instalações e equipamento                 | 60 226 430                        | 1 378 216                               | 58 848 214                        |
| Activos intangíveis                                    | 2 492 424                         | (207 702)                               | 2 700 126                         |
| Ganhos (Perdas) cambiais não realizados                | 354 622                           | (746 893)                               | 1 101 515                         |
|  | 63 073 476                        | 423 621                                 | 62 649 855                        |
| <b>9.4 Imposto sobre o rendimento a pagar</b>          |                                   |   |                                   |
| Saldo inicial  | 5 615 769                         |   | -                                 |
| Pagamento durante o ano                                | (14 331 554)                      |   | (5 021 924)                       |
| Imposto corrente                                       | 13 037 698                        |   | 10 637 692                        |
|  | 4 321 912                         |   | 5 615 768                         |

---

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados pelas empresas. Os impostos declarados pelas empresas às autoridades fiscais permanecem abertas e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

#### 10. Ganhos por Acção

Os ganhos por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 29 981 367 (Junho de 2017, reexpresso: USD 20 619 713) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (Junho de 2017: 5 934 115).

Os ganhos por acção diluídos são iguais aos ganhos por acção básicos tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros diluitivos à data de relato. A reconciliação da quantidade de acções não é necessário uma vez que não houve mudança nos números de base.

## 11. Propriedade, instalações e equipamento

|                                | Edifício -<br>escritórios<br>USD | Veículos e<br>Equipamento<br>USD | Activos de<br>Mineração e CPF<br>USD | Investimento<br>em curso<br>USD | Total<br>USD       |
|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|--------------------|
| <b>Custo</b>                   |                                  |                                  |                                      |                                 |                    |
| Saldo em 1 de Julho de 2016    | 2 024 101                        | 1 534 712                        | 326 464 024                          | 4 757 743                       | 334 780 580        |
| Adições                        | -                                | 78 850                           | 4 306                                | 6 188 033                       | 6 271 189          |
| Ajustamento em RA <sup>4</sup> | -                                | -                                | (16 634 186)                         | -                               | (16 634 186)       |
| Alienações                     | -                                | (717 367)                        | -                                    | -                               | (717 367)          |
| Transferências                 | -                                | 35 193                           | 3 969 726                            | (4 004 919)                     | -                  |
| Saldo em 30 de Junho de 2017   | 2 024 101                        | 931 388                          | 313 803 870                          | 6 940 857                       | 323 700 216        |
| Saldo em 1 de Julho de 2017    | 2 024 101                        | 931 388                          | 313 803 870                          | 6 940 857                       | 323 700 216        |
| Adições                        | -                                | 251 728                          | -                                    | 20 682 291                      | 20 934 019         |
| Ajustamento no RA              | -                                | -                                | (11 935 526)                         | -                               | (11 935 526)       |
| Transferência                  | -                                | 115 213                          | 23 765 254                           | (23 880 467)                    | -                  |
| Saldo em 30 de Junho de 2018   | 2 024 101                        | 1 298 329                        | 325 633 598                          | 3 742 681                       | 332 698 709        |
| <b>Depreciação Acumulada</b>   |                                  |                                  |                                      |                                 |                    |
| Saldo em 1 de Julho de 2016    | 202 411                          | 931 649                          | 82 376 637                           | -                               | 83 510 697         |
| Depreciação                    | 40 482                           | 293 789                          | 20 890 084                           | -                               | 21 224 355         |
| Abate                          | -                                | (538 024)                        | -                                    | -                               | (538 024)          |
| Saldo em 30 de Junho de 2017   | 242 893                          | 687 414                          | 103 266 721                          | -                               | 104 197 028        |
| Saldo em 1 de Julho de 2017    | 242 893                          | 687 414                          | 103 266 721                          | -                               | 104 197 028        |
| Depreciação                    | 40 482                           | 340 269                          | 20 885 086                           | -                               | 21 265 837         |
| Saldo em 30 de Junho de 2018   | 283 375                          | 1 027 683                        | 124 151 807                          | -                               | 125 462 865        |
| <b>Quantias escriturada</b>    |                                  |                                  |                                      |                                 |                    |
| Em 1 de Julho de 2016          | 1 821 690                        | 603 062                          | 244 087 387                          | 4 757 743                       | 251 269 883        |
| Em 1 de Julho de 2017          | 1 781 207                        | 243 974                          | 210 537 149                          | 6 940 857                       | 219 503 188        |
| <b>Em 30 de Junho de 2018</b>  | <b>1 740 726</b>                 | <b>270 645</b>                   | <b>201 481 791</b>                   | <b>3 742 682</b>                | <b>207 235 844</b> |

O CPF incluído nos activos de exploração e avaliação é usado como garantia em relação às facilidades de empréstimo com AFD e DBSA (vide nota 18).

Ambos os empréstimos do DBSA e AFD tem as garantias seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

Os Activo de Exploração e Avaliação e CPF compreende 25% da despesa de capital do consórcio, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos de produção, custo adicionais de perfuração, custo de desenvolvimento de activos, bem como a CPF.

<sup>4</sup> Restauração Ambiental

## 11. Propriedade, instalações e equipamento (continuação)

Pressupostos significativos estão envolvidos durante a avaliação de impairment do activo de exploração e avaliação e CPF, incluindo:

- as reservas minerais remanescentes;
- preços de petróleo e gás no mercado internacional;
- taxas de juros futuras; e
- base do processo orçamentário

O ajuste no custo de fechamento e reabilitação do local representa a redução no custo estimado devido a mudanças nas taxas de desconto e na mudança na estimativa bruta do passivo de reabilitação.

## 12. Activos Intangíveis

|                              | Direitos de Concessão<br>USD |
|------------------------------|------------------------------|
| <b>Custo</b>                 |                              |
| Em 1 de Julho de 2016        | 19 320 956                   |
| Abate                        | (89 290)                     |
| Saldo em 30 de Junho de 2017 | <u>19 231 666</u>            |
| Em 1 de Julho de 2017        | 19 231 666                   |
| Abate                        | 2 669                        |
| Saldo em 30 de Junho de 2018 | <u>19 234 335</u>            |
| <b>Amortização Acumulada</b> |                              |
| Em 1 de Julho de 2016        | 10 860 741                   |
| Amortização do ano           | 671 391                      |
| Abate                        | (89 290)                     |
| Saldo em 30 de Junho de 2017 | <u>11 442 842</u>            |
| Em 1 de Julho de 2016        |                              |
| Amortização do ano           | 11 442 843                   |
| Adições do ano               | 649 458                      |
| Saldo em 30 de Junho de 2017 | <u>12 092 301</u>            |
| <b>Quantia escriturada</b>   |                              |
| Em 1 de Julho de 2016        | 8 460 215                    |
| Em 1 de Julho de 2017        | <u>7 788 824</u>             |
| Em 30 de Junho de 2018       | <u>7 142 034</u>             |

Os activos intangíveis compreendem os direitos de concessão transferidos pela ENH para o desenvolvimento do projecto de gás (campos de Pande e Temane).

**13. Inventário**

|                        | 2018<br>USD | 2017<br>USD |
|------------------------|-------------|-------------|
| Material de manutenção | 977 297     | 909 743     |
|                        | 977 297     | 909 743     |

**14. Clientes e outros devedores**

|   | 2018<br>USD | 2017<br>USD<br>Reexpresso |
|---|-------------|---------------------------|
| <b>Interesse participativo sobre activos correntes do empreendimento de Operações Conjuntas</b> | 9 786 668   | 16 341 920                |
| Clientes  | 9 786 668   | 16 341 920                |
| <b>Outros devedores</b>   | 1 408 853   | 1 307 520                 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)  | 600 878     | 512 535                   |
| Acrescimos e diferimentos   | 139 709     | 139 414                   |
| Adiantamento do imposto – Ano passado   | 668 226     | 655 571                   |
|   | 11 195 521  | 17 649 440                |

**15. Caixa e Equivalentes de Caixa**

|  | 2018<br>USD | 2017<br>USD |
|--|-------------|-------------|
| Dinheiro em caixa  | 345         | 246         |
| Depósitos bancários  | 150 995 710 | 147 291 709 |
| Conta On-shore da CMH (i)                                      | 13 306 727  | 13 273 734  |
| Conta de Receitas (ii)   | 17 367 236  | 90 974 346  |
| Conta de Reserva para despesas de investimento (iii)           | 3 146 423   | 32 402 391  |
| Conta Off-Shore de Operações (iv)                              | 25 135      | 25 273      |
| Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)                  | 1 064 600   | 10 615 965  |
| Depósitos a taxa fixa  | 116 085 589 | -           |
| Caixa e Equivalentes de Caixa conforme fecho de Fluxo de Caixa | 150 996 055 | 147 291 955 |

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são determinados contratualmente por um Acordo de Contas e foram emendados em Dezembro de 2017. Este acordo foi assinado em 20 de Maio de 2010, entre a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a Agence Française de Development (AFD), o Standard Bank of South Africa Limited (a conta bancária off-shore) e o Barclays Bank Moçambique SA (a conta bancária on-shore).

## 11. Caixa e Equivalentes de Caixa (continuação)

Foi acordado manter em nome da CMH, as seguintes contas:

- i. Conta Onshore da CMH (Conta Onshore em Meticais e Conta Onshore em Dólares) – a CMH deve transferir, das contas de receitas em quaisquer datas de pagamento, o montante dos custos administrativos reexpressos para pagamento em Moçambique durante um período de seis meses após a data de pagamento.
- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas as receitas de cada reembolso feito nos termos da Expansão de instalações, todas as receitas, incluindo qualquer montante a pagar à CMH nos termos dos documentos do projecto, todas as receitas de qualquer capital social, todas as receitas de seguros e qualquer montante em excesso a crédito da conta do Serviço da Dívida e da Conta de Reserva para despesas de investimento.
- iii. A Conta de Reserva para despesas de investimento – esta conta é usada como reserva para o montante igual ao agregado do custo operacional do projecto e das despesas de manutenção durante o período de 12 meses seguinte e o custo administrativo da CMH para o período de 6 meses seguinte.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 90% do saldo de crédito na Conta de Reserva Capex, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.

- iv. A Conta Offshore – esta conta serve para satisfazer os custos operacionais do projecto denominados em Dólares Norte Americanos, e os custos administrativos da CMH a pagar fora de Moçambique.
- v. A Conta de Reserva do Serviço de Dívida – esta conta é usada como reserva para todos os pagamentos calendarizados de capital e de juros que serão devidos e pagos duas datas de pagamento seguinte, em conformidade com as facilidades da CMH.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 90% dos fundos a crédito na Conta de Reserva do Serviço da Dívida, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.

- vi. Depósitos a taxa fixa (Investimentos Permitidos) - os Mutuários (AFD e DBSA) concederam a autorização à CMH para investir 90% dos saldos de crédito das Contas *Off-shore* (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva para despesas de investimento e a Conta de Receitas) para depósitos a taxa fixa, para o período compreendente 03 de Julho de 2017 a 14 de June de 2018, a uma taxa de juro média de 1,67%.

## 16. Capital Social

|   |     | 2018<br>USD |     | 2017<br>USD |
|---|-----|-------------|-----|-------------|
|   | %   |             | %   |             |
| 4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B) | 70  | 17 700 654  | 70  | 17 700 654  |
| 1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)                           | 20  | 5 057 330   | 20  | 5 057 330   |
| 593 412 acções ordinárias detidas por 1 242 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)                                   | 10  | 2 528 665   | 10  | 2 528 665   |
| Total do capital social autorizado, emitido e pago  | 100 | 25 286 649  | 100 | 25 286 649  |

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

## 17. Capital suplementar e reservas

### 17.1 Capital suplementar

Nos termos dos acordos financeiros existentes assinados com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a ENH comprometeu-se a efectuar a contribuição de capital requerida para cumprir o rácio dívida/capital e, em conformidade, os accionistas comprometeram-se a contribuir com USD 4 000 000 (Quatro milhões de Dólares Norte Americanos) de modo a cumprir esse requisito de rácio e, como resultado, a Escritura de Consentimento para o pagamento de USD 4 000 000 de Adiantamento do Empréstimo adicional foi assinada e o montante foi pago em Junho de 2008. Por conseguinte, em conformidade com o artigo seis dos Estatutos da CMH e com o artigo trezentos e três e o artigo seguinte do Código Comercial, a Assembleia Geral aprovou que o valor adicional de USD 4 000 000 fosse tratado como capital suplementar. Considerando que, durante este ano, a CMH reembolsou na totalidade os primeiros empréstimos, tendo cumprido integralmente os Contratos de Financiamento e os indicadores de desempenho financeiro, nos termos dos referidos Contratos, os Financiadores, AFD e DBSA autorizaram o reembolso à ENH do montante de USD 4 000 000, em Dezembro de 2017.

## 17. Capital suplementar e reservas (continuação)

### 17.2 Reservas legais

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2017: USD 5 057 330).

### 17.3 Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2017: USD 14 296 822).

## 18. Empréstimos

|   | 2018<br>USD       | 2017<br>USD       |
|---|-------------------|-------------------|
| <b>Não-corrente</b>                                 | <b>4 562 655</b>  | <b>13 687 965</b> |
| Development Bank of South Africa- Tranche B (i)     | 2 261 860         | 6 785 579         |
| Agence Française de Development Empréstimo B (ii)   | 2 300 795         | 6 902 386         |
| <b>Corrente</b>                                     | <b>9 125 310</b>  | <b>9 125 310</b>  |
| Development Bank of South Africa - Tranche B (i)    | 4 523 719         | 4 523 719         |
| Agence Française de Development - Empréstimo B (ii) | 4 601 591         | 4 601 591         |
| <b>Total</b>  | <b>13 687 965</b> | <b>22 813 275</b> |

- i) A CMH e o Development Bank of Southern Africa (DBSA) celebraram um acordo de crédito, em 20 de Maio de 2010, com vista a garantir um crédito sénior posterior, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos até o limite de USD 50 000 000, em 31 de Dezembro de 2012 como data de término de desembolsos e com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Os montantes desembolsados estão sujeitos a uma taxa de compromisso de 0,5% por ano, cobradas a partir de 14 de Junho de 2010. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa Libor (6 meses) acrescida de uma margem de 4,75% (Tranche B). Um total de USD 31 678 705 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 30 de Setembro de 2010 e 31 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 18 321 295 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Em Agosto de 2012, foi assinado uma adenda com novo plano de

## 18. Empréstimos (continuação)

amortização. O reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (o reembolso inicia 36 meses depois da data do primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

O empréstimo está agora garantidos pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

- ii) A CMH celebrou um Acordo de facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 20 de Maio de 2010, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos de fundos até ao equivalente a USD 50 000 000, com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Um total de USD 32 224 026 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 8 de Outubro de 2010 e 10 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 17 775 974 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa média de 6.05% por ano e o reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (36 meses após o primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

A garantia do empréstimo foi alterada para reflectir os novos contratos de empréstimos e agora é garantida para os seguintes acordos de garantia: a escritura de hipoteca da CP, para a quota da CMH na CP (25%), a penhora sobre os bens móveis, a cessão dos direitos de seguro, a cessão de direitos, a cessão de posição contratual, a penhora de contas bancárias e a cessão de garantia de fundos.

## 19. Provisão de Abandono e Custo de Reabilitação Ambiental

Esta provisão diz respeito aos custos de encerramento e de reabilitação. De acordo com concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa actual do custo de restauração do local e de reabilitação foi aumentado com o factor de inflação anual para o tempo remanescente, como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 2.6%-2.9%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto. Há pressupostos significativos que estão envolvidos no processo de estimativa da obrigação de restauração e reabilitação do local, incluindo;

- Elementos de custo no final da concessão;
- Tempo do componente de custo individual;
- Taxa de inflação; e
- Taxa de desconto

## 19. Provisão de Abandono e Custo de Reabilitação Ambiental (continuação)

| Longo Prazo   | 2018<br>USD         | 2017<br>USD         |
|---|---------------------|---------------------|
| Saldo de abertura   | 73 531 236          | 88 434 724          |
| Juros sobre provisões ambientais  | 1 320 986           | 1 747 931           |
| Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental) | (11 935 526)        | (16 651 419)        |
| Saldo de fecho  | <b>62 916 696</b>   | <b>73 531 236</b>   |
| <b>Curto Prazo</b>  | <b>2018<br/>USD</b> | <b>2017<br/>USD</b> |
| Saldo de abertura   | 1 224 127           | 1 230 471           |
| Juros sobre provisões ambientais  | 521 461             | 10 889              |
| Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental) | -                   | (17 233)            |
| Saldo de fecho  | <b>1 745 588</b>    | <b>1 224 127</b>    |
| Total   | <b>64 662 284</b>   | <b>74 755 363</b>   |
|   | <b>2018<br/>USD</b> | <b>2017<br/>USD</b> |
| <b>Fluxo de caixa esperado</b>  |                     |                     |
| Dentro de um ano  | 1 745 588           | 1 224 127           |
| 1 - 5 anos  | 13 654 687          | 20 184 022          |
| Mais que cinco anos   | 49 262 009          | 53 347 214          |
| Total   | <b>64 662 284</b>   | <b>74 755 363</b>   |

## 20. Fornecedores e outros credores

|                                      | 2018<br>USD      | 2017<br>USD<br>Reexpresso |
|--------------------------------------|------------------|---------------------------|
| <b>Não-corrente</b>                  |                  |                           |
| Contas a pagar do Pessoal            | 50 518           | 28 085                    |
| <b>Corrente</b>                      |                  |                           |
| Passivos correntes da JO             | 5 680 561        | 1 793 095                 |
| Fornecedores                         | 2 996 147        | 1 042 350                 |
| Antecipações                         | 2 684 414        | 750 745                   |
| Outros credores                      | 207 307          | 298 817                   |
| Fornecedores                         | 72 556           | 114 330                   |
| Imposto retido na fonte, IRPS e INSS | 93 045           | 80 900                    |
| Antecipações                         | 41 706           | 103 587                   |
| Total                                | <b>5 887 868</b> | <b>2 091 912</b>          |

## 21. Saldos entre empresas do Grupo

|   | 2018<br>USD  | 2017<br>USD   |
|---|--------------|---------------|
| Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) | 7 687        | 19 245        |
|   | <u>7 687</u> | <u>19 245</u> |

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de serviços técnicos.

## 22. Transacções com partes relacionadas

Para os fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e Director Executivo. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

| Relação com as partes relacionadas      | Tipo de transacção             | Saldo credor |         | Saldo devedor |        |
|---|--------------------------------|--------------|---------|---------------|--------|
|   |                                | 2018         | 2017    | 2018          | 2017   |
| Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP | Prestação de serviços técnicos | 107 052      | 118 123 | 7 687         | 19 245 |

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam sejam necessários para as operações do mês seguinte. Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento. O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessário dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

## 22. Transacções com partes relacionadas (continuação)

|   | Vendas em Entidades<br>Conjuntas não constituídas<br>em sociedade Gás e<br>condensado (Nota 6) |            | Montante recebidos<br>da Entidade Conjunta (JO) |            | Saldos no final do ano<br>resultantes de compra de<br>serviços, aluguer do escritório e<br>pagamentos efectuados (custos<br>operacionais e activos fixos)<br>Montante a pagar a Entidade<br>Conjunta (Nota 20) |             |
|---|--|------------|---|------------|--|-------------|
|   | 2018   | 2017       | 2018  | 2017       | 2018   | 2017        |
| Sasol Gas, Petromoc,<br>ENH Kogas, ENH<br>através do joint<br>operations. | 81 466 600   | 70 625 756 | -   | -          | -  | -           |
| Operações conjuntas<br>(JO)   | -  | -          | 81 051 330                                      | 65 383 376 | (5 680 560)  | (1 793 095) |

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas (JO) através de *cash calls*.

| Relação com as partes<br>relacionadas | Tipo de transacção                 | Montante transaccionado<br>2018 | Saldo devedor<br>2017 |
|---------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|-----------------------|
| Operações conjuntas (JO)              | <i>Cash calls</i> para<br>despesas | 21 721 424                      | 17 317 178            |

A empresa paga remunerações tanto aos seus gestores executivos bem como os não executivos. As seguintes transacções ocorreram:

| Relação com as partes<br>relacionadas | Tipo de transacção | Montante transaccionado |         | Saldo devedor |      |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------|---------|---------------|------|
|                                       |                    | 2018                    | 2017    | 2018          | 2017 |
| Conselho de<br>Administração          | Remunerações       | 785 162                 | 527 121 | -             | -    |
|                                       | Indemnizações      | -                       | 138 874 | -             | -    |

## 23. Benefícios dos empregados

|                               | 2018<br>USD | 2017<br>USD<br>Restated |
|-------------------------------|-------------|-------------------------|
| Activo do Benefício definido  | (1 166 307) | (545 102)               |
| Passivo do Benefício definido | 1 839 468   | 1 813 968               |
| Saldo líquido:                | 673 161     | 1 268 866               |

### 23. Benefícios dos empregados (continuação)

#### a. Fundo

O fundo prevê que as pensões sejam pagas em benefícios de reforma ou quantia a pagar em caso de morte enquanto em serviço ou retirada antes da reforma. A idade normal de aposentadoria é 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O Fundo não faz provisão para aposentadoria antecipada, porém, os membros podem se aposentar precocemente por causa de problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas em termos acordados. Os membros contribuem com 3,0% dos rendimentos pensionáveis por sua vez, a empresa contribui com 8,63%. O saldo, após deduzir os benefícios de risco e os custos operacionais, é alocado para benefício pós-emprego.

#### b. Movimentos líquidos benefícios definidos (activos) passivos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

|   | Responsabilidade de benefício definido |                  | Justo valor dos Ativos do Plano |                  | Responsabilidade pelo Benefício Definido Líquido (activo) |                  |
|---|--|------------------|---------------------------------|------------------|---|------------------|
|   | 2018                                   | 2017             | 2018                            | 2017             | 2018  | 2017             |
| <b><u>Saldo em 1 de Julho</u></b>                   | 1 813 968                              | -                | (545 102)                       | -                | 1 268 866   | -                |
| <i>Incluindo lucros e perdas</i>                    | 342 915                                | 2 477 149        | (122 805)                       | (132 272)        | 220 110   | 2 344 877        |
| Custo do serviço actual                             | 45 815                                 | 58 060           | -                               | -                | 45 815  | 58 060           |
| Custo do serviço passado                            | -                                      | 1 899 774        | -                               | -                | -   | 1 899 774        |
| Custo de juros (receita)                            | 297 101                                | 519 315          | (122 805)                       | (132 272)        | 174 295   | 387 043          |
| <b><u>Incluído em Outro rendimento integral</u></b> |  |                  |                                 |                  |   |                  |
| Ganho Actuarial                                     | (291 750)                              | (665 940)        | -                               | 73 742           | (291 751)   | (592 198)        |
| <b><u>Outros</u></b>                                |  |                  |                                 |                  |   |                  |
| Diferença cambial líquida                           | 35 129                                 | -                | (10 556)                        | -                | 24 573  | -                |
| Contribuições pagas pelos membros e pela empresa    | 37 755                                 | 26 928           | (693 208)                       | (543 364)        | (655 452)   | (516 435)        |
| Benefícios pagos                                    | (98 550)                               | (24 169)         | 98 550                          | 24 169           | -   | -                |
| Despesas pagas                                      | -                                      | -                | 106 814                         | 32 622           | 106 814   | 32 622           |
|   | <b>1 839 468</b>                       | <b>1 813 968</b> | <b>(1 166 307)</b>              | <b>(545 102)</b> | <b>673 160</b>  | <b>1 268 866</b> |

### 23. Benefícios dos empregados (continuação)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

#### c. Benefícios obrigações definidas

##### i. Pressupostos atuariais

|                              | 2018   | 2017   |
|------------------------------|--------|--------|
| Taxa de desconto             | 16.49% | 27.50% |
| Crescimento salarial futuro  | 9.5%   | 21.06% |
| Crescimento futuro da pensão | 9.5%   | 10.53% |
| Taxa de inflação             | 8.6%   | 21.06% |

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

| Intervalo de idade (anos) | Nr. de empregados do sexo feminino | Nr. de empregados do sexo masculino |
|---------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| 25-30                     | 1                                  | 1                                   |
| 30-35                     | 3                                  | 5                                   |
| 35-40                     | 1                                  | 4                                   |
| 40-45                     | 1                                  | 1                                   |
| 45-50                     | 2                                  | 2                                   |
| 50-55                     | 1                                  | -                                   |
| 55-60                     | 1                                  | -                                   |

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

| Intervalo de idade (anos) | Nr. de empregados |
|---------------------------|-------------------|
| 61-63                     | 1                 |

##### ii. Análise de sensibilidade

|   | Responsabilidade (USD) | Custo do serviço (USD) | Varição percentual de responsabilidade |
|---|------------------------|------------------------|--|
| Aumento salarial de 1% de inflação                | 1 920 196              | 46 513                 | 4.4%                                   |
| Redução de 1% de inflação salarial                | 1 767 032              | 51 399                 | -3.9%                                  |
| Taxa de juros de avaliação 1% de aumento          | 1 687 689              | 42 289                 | -8.3%                                  |
| Taxa de juros de avaliação 1% de redução          | 2 018 427              | 41 228                 | 9.7%                                   |
| Aumento de 1% na pensão                           | 1 984 330              | 50 043                 | 7.9%                                   |
| Pension 1% de redução                             | 1 711 196              | 43 405                 | -7.0%                                  |
| Mortalidade pós-aposentadoria (2 anos mais jovem) | 1 880 375              | 47 348                 | 2.2%                                   |

## 24. Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela a seguir mostra as quantias escrituradas e o justo valor dos passivos financeiros, incluindo a sua hierarquia de justo valor. Não inclui informações sobre o justo valor dos passivos financeiros não mensurados ao justo valor, se o valor escriturado for uma aproximação razoável do justo valor.

30 de Junho 2018

### Passivos financeiros não mensurados ao justo valor

|                               | Nota | Quantia escriturada         |                    | Nível 1            | Justo Valor       |          |                    |
|-------------------------------|------|-----------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------|--------------------|
|                               |      | Outros Passivos Financeiros | Total              |                    | Nível 2           | Nível 3  | Total              |
| Empréstimos Bancários         | 18   | 13 687 965                  | 13 687 965         | -                  | 13 687 965        | -        | 13 687 965         |
|                               |      | <u>13 687 965</u>           | <u>13 687 965</u>  | <u>-</u>           | <u>13 687 965</u> | <u>-</u> | <u>13 687 965</u>  |
|                               | Nota | Outros Passivos Financeiros | Total              | Nível 1            | Nível 2           | Nível 3  | Total              |
| Empréstimos Bancários         | 18   | 9 786 668                   | 9 786 668          | 9 786 668          | -                 | -        | 9 786 668          |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 15   | 150 996 055                 | 150 996 055        | 150 996 055        | -                 | -        | 150 996 055        |
|                               |      | <u>160 782 723</u>          | <u>160 782 723</u> | <u>160 782 723</u> | <u>-</u>          | <u>-</u> | <u>160 782 723</u> |

### Mensuração do justo valor

| Tipo  | Avaliação Técnica | Contribuições significativas não observáveis |
|---|-------------------|--|
| Empréstimos bancários (Outros passivos financeiros) | Taxa do mercado   | Não aplicável                                |

## 25. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos a realizar contratado e ainda não incorridos à data de relato, são os seguintes:

| <b>Tempo estimado das despesas</b> | <b>2018<br/>USD</b> | <b>2017<br/>USD</b> |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Dentro de um ano                   | 4 849 683           | 6 471 674           |
| 2 - 5 anos                         | 2 633 795           | 746 511             |
|                                    | <u>7 513 478</u>    | <u>7 218 185</u>    |

| <b>Junho 2018</b>  | <b>Compromissos autorizados de capital bruto<br/>USD</b> | <b>Autorizados e contratados<br/>USD</b> | <b>Dentro de um ano, Autorizados e não contratados<br/>USD</b> |
|--|--|--|--|
| <b>Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)</b> |  |  |  |
| Compressor de baixa-pressão – fase 2                       | 2 831 404  | 668 347                                  | 2 163 057  |
| Projecto de <i>Infill Wells</i> (tranche 1)                | 8 729 753  | 1 654 388                                | 7 075 365  |
| Compressor de baixa-pressão – fase 3                       | 10 673 035   | 4 478 724                                | 6 194 311  |
| Estudo de viabilidade (FEED)                               | 2 458 630  | 496 064                                  | 1 962 567  |
| <b>Custos administrativos da CMH</b>                       |  |  |  |
| Por aquisição de activos fixos tangíveis                   | 215 955  | 215 955                                  | -  |
|  | <u>24 908 777</u>  | <u>7 513 478</u>                         | <u>17 395 299</u>  |

## 25. Compromissos de Capital (continuação)

| Junho 2017   | Compromissos autorizados de capital bruto | Autorizados e contratados | Dentro de um ano, Autorizados e não contratados |
|--|---|---------------------------|---|
|  | USD                                       | USD                       | USD   |
| <b>Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)</b> |   |                           |   |
| Compressor de baixa-pressão – fase 1                       | 386 686                                   | 239 552                   | 147 134   |
| Projecto de expansão eléctrica e <i>superheater</i>        | 189 380                                   | 189 380                   | -   |
| Projecto de escolas  | 1 203 500                                 | 1 203 500                 | -   |
| Projecto de clínicas                                       | 278 779                                   | 278 779                   | -   |
| Compressor de baixa-pressão – fase 2                       | 200 001                                   | 51 196                    | 148 805   |
| Peças sobressalantes da unidade do MAN turbo               | 1 250 000                                 | 695 315                   | 554 685   |
| Outros   | 6 624 553                                 | 3 738 463                 | 2 886 090                                       |
| <b>Custos administrativos da CMH</b>                       |   |                           |   |
| Por aquisição de propriedade, instalações e equipamento    | 822 000                                   | 822 000                   | -   |
|  | <b>10 954 899</b>                         | <b>7 218 185</b>          | <b>3 736 714</b>                                |

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital do consórcio (JO).

## 26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

### Gestao de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Entidade. Os riscos da Entidade estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Entidade, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Entidade.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestao da empresa.

## 26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (continuação)

As políticas de gestão de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são Reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Entidade. A Entidade, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Entidade supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade.

### 26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a entidade está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A entidade desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

#### 26.1.1 Risco Cambial

A Entidade incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Entidade realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

#### Exposição ao risco cambial

A exposição da Entidade ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

|                               | 2018<br>MT        | 2017<br>MT         |
|-------------------------------|-------------------|--------------------|
| Fornecedores                  | (4 350 276)       | (4 550 987)        |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35 693 892        | 204 814 606        |
|                               | <u>31 343 616</u> | <u>200 263 619</u> |

## 26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (continuação)

As taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

| Data de Relato | Taxa média       |                  | Taxa à vista     |                  |
|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                | 30 de Junho 2018 | 30 de Junho 2017 | 30 de Junho 2018 | 30 de Junho 2017 |
| MT por USD     | 61.18            | 69.83            | 59.90            | 61.06            |

### Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte americano nas exposições da moeda estrangeira da Entidade, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 197 (2017: USD 502). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

#### 26.1.2 Risco da taxa de juro

A Entidade está exposta às alterações da taxa de juro sobre os seus empréstimos. A Administração adopta a política de assegurar que os seus empréstimos apresentem taxas de mercado de referência para avaliar o risco da taxa de juro.

|                               | 2018<br>USD        | 2017<br>USD         |
|-------------------------------|--------------------|---------------------|
| Instrumentos de taxa fixa     |                    | -                   |
| Passivos Financeiros          | (6 902 389)        | (11 503 979)        |
|                               | <u>(6 902 389)</u> | <u>(11 503 979)</u> |
| Instrumentos de taxa variável |                    |                     |
| Passivos Financeiros          | (6 785 576)        | (11 309 296)        |
|                               | <u>(6 785 576)</u> | <u>(11 309 296)</u> |

### Análise de Sensibilidade

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 1 191 (2017: USD 1 468). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

## 26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (continuação)

### 26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. A exposição ao crédito é limitada quando as contas a receber da Entidade são devidas somente pelo parceiro da entidade comum. As outras contas a receber dizem respeito às partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro no balanço. A Administração trabalha com instituições financeiras com boa reputação para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários.

### Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

|                               | 2018<br>USD | 2017<br>USD |
|-------------------------------|-------------|-------------|
| Clientes e outros devedores   | 9 786 668   | 19 083 485  |
| Caixa e equivalentes de caixa | 150 996 055 | 147 291 955 |
| Exposição líquida             | 160 782 723 | 166 375 440 |

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

|             | 2018<br>USD | 2017<br>USD |
|-------------|-------------|-------------|
| Não vencido | 11 442 377  | 16 341 920  |

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 86% (2017: 86%) das receitas da Companhia e 56% (2017: 54%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2018. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

## 26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (continuação)

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo.

Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes:

|   | Quantia<br>escriturada | Fluxo de<br>Caixa<br>Contratual | 6 meses ou<br>menos | 06-12<br>Meses     | 1-2<br>anos        | 2-5<br>Anos        |
|---|------------------------|---------------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|   | USD                    | USD                             | USD                 | USD                | USD                | USD                |
| <b>30 de Junho de 2018</b>                          |                        |                                 |                     |                    |                    |                    |
| Passivos financeiros<br>não derivados               |                        |                                 |                     |                    |                    |                    |
| Empréstimos bancários<br>com garantias              | 13 687 965             | (14 575 717)                    | (5 012 707)         | (4 852 101)        | (4 709 909)        | -                  |
| Cientes e outros<br>devedores                       | 6 566 408              | (6 566 408)                     | (6 566 408)         | -                  | -                  | -                  |
|   | <u>20 254 373</u>      | <u>(21 141 125)</u>             | <u>(11 579 116)</u> | <u>(4 852 101)</u> | <u>(4 709 909)</u> | <u>-</u>           |
|   | Quantia<br>escriturada | Fluxo de<br>Caixa<br>Contratual | 6 meses ou<br>menos | 06-12<br>Meses     | 1-2<br>anos        | 2-5<br>Anos        |
|   | USD                    | USD                             | USD                 | USD                | USD                | USD                |
| <b>30 de Junho de 2017</b>                          |                        |                                 |                     |                    |                    |                    |
| Créditos bancários<br>financeiros não-<br>derivados | 22 813 275             | (24 910 273)                    | (5 263 942)         | (5 120 619)        | (9 825 064)        | (4 700 648)        |
| Empréstimos bancários<br>com garantias              |                        |                                 |                     |                    |                    |                    |
| Cientes e outros<br>devedores                       | 2 133 248              | (2 133 248)                     | (2 133 248)         | -                  | -                  | -                  |
|   | <u>24 946 523</u>      | <u>(27 043 521)</u>             | <u>(7 397 190)</u>  | <u>(5 120 619)</u> | <u>(9 825 064)</u> | <u>(4 700 648)</u> |

## 27. Eventos Subsequentes

Relativamente às facturas em atraso, em Julho de 2018, foram enviadas para todos os compradores locais (CTRG, MGC, ENH-KOGAS e ENH) cartas sobre os juros acumulados, oferecendo a dispensa mediante pedido dos mesmos, bem como dando a conhecer que serão emitidas notificações de juros a partir de 1 de Julho de 2018, bem como os detalhes dos extractos das contas a 30 de Julho de 2018. Todos os compradores locais solicitaram as Vendedoras a dispensa do pagamento de juros até 30 de Junho de 2018. No âmbito do consórcio, o valor total em dívida e os juros acumulados, a 30 de Junho de 2018, é de USD 19 300 000 (sendo o valor da CMH USD 4 800 000).

## 28. Correção de erro de período anterior

A responsabilidade por benefícios dos empregados, relatada no ano anterior, foi corrigida e os números comparativos são atualizados. O fundo de benefício definido foi criado no ano passado, o saldo de início dos lucros acumulados do exercício anterior não teve nenhum impacto de erro por isso as correcções foram feitas apenas no exercício anterior. A correcção feita e as legendas afectadas são detalhadas abaixo:

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

| Descrição                       | Valor reportado no exercício passado (USD) | Correcção feita (USD) | Valor corrigido (USD) |
|---------------------------------|--|-----------------------|-----------------------|
| Clientes e outros devedores     | 19 083 485                                 | (1 434 045)           | 17 649 440            |
| <b>Total do Activo</b>          | <b>19 083 485</b>                          | <b>(1 434 045)</b>    | <b>17 649 440</b>     |
| Fornecedores e outros credores  | (3 448 455)                                | 1 356 543             | (2 091 912)           |
| Benefício de empregados         | -  | (1 268 866)           | (1 268 866)           |
| <b>Total do Passivo</b>         | <b>(3 448 455)</b>                         | <b>87 677</b>         | <b>(3 360 778)</b>    |
| Lucros acumulados               | (176 182 727)                              | 1 346 368             | (174 836 359)         |
| <b>Total de capital próprio</b> | <b>(224 823 528)</b>                       | <b>1 346 368</b>      | <b>(223 477 160)</b>  |

## 28. Correção de erro de período anterior (continuação)

**DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**

| Descrição                                 | Valor reportado no exercício passado (USD) | Correcção feita (USD) | Valor corrigido (USD) |
|---|--|-----------------------|-----------------------|
| Custos operacionais                       | 36 020 751                                 | 2 012 308             | (38 033 059)          |
| <b>Lucro</b>                              | <b>(22 632 021)</b>                        | <b>2 012 308</b>      | <b>(20 619 713)</b>   |
| <b>Outro rendimento integral</b>          | <b>-</b>                                   | <b>(665 940)</b>      | <b>(665 940)</b>      |
| <b>Total de rendimento integral</b>       | <b>(22 632 021)</b>                        | <b>1 346 368</b>      | <b>(21 285 653)</b>   |
| <b>Ganhos básicos e diluído por acção</b> | <b>3.81</b>                                | <b>(0.34)</b>         | <b>3.47</b>           |